
LEVANTAMENTOS E ESTUDOS SOBRE O MODO DE VIDA ATUAL DAS COMUNIDADES REMANEJADAS DO ENTORNO DO RESERVATÓRIO DE SOBRADINHO



Relatório Final

Contrato CTNE-92.2010.6580.00

Tomo 2

Julho, 2013

Sumário

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS	3
1.1. Segmento História, Arquitetura e Urbanismo, Patrimônio Histórico Artístico e Cultural....	3
1.2. Segmento Economia	17
1.2.1. Informações relevantes	17
1.2.2. Comentários dos participantes nas oficinas.....	27
3.2.3. Condição de vida das famílias remanejadas que foram entrevistadas.....	42
1.2.4. Proposições para o desenvolvimento econômico	44
1.2.4.1. Agricultura irrigada, industrialização e exportação de produtos derivados	44
1.2.4.2. Agricultura Orgânica	45
1.2.4.3. Agricultura Familiar	46
1.2.4.4. Exploração de caprinos e ovinos	48
1.2.4.5. Áreas de Potencial Turístico ou de Preservação.....	49
1.2.5. Algumas medidas necessárias para combater os entraves ao desenvolvimento econômico a serem implementadas pelos gestores das três esferas governamentais.....	50
1.2.6. Sugestões de melhorias manifestadas nas Oficinas-Seminário a serem reivindicadas junto aos gestores governamentais	51
1.3. Segmento Sociologia	52
1.3.1. Proposições do Segmento Sociológico.....	57
1.4. Segmento Pesca	59
2. BIBLIOGRAFIA	64
ANEXOS.....	71
Anexo I: Questionário de Entrevista com os Expertos.....	72
Anexo II: Questionário de Agentes Institucionais.....	77
Anexo III: Questionário de Famílias	95
Anexo IV: Questionário de Lideranças Comunitárias.....	109
Anexo V: Listas de Presença	121

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

1.1. Segmento História, Arquitetura e Urbanismo, Patrimônio Histórico Artístico e Cultural

A partir das entrevistas e das oficinas realizadas nos municípios de Casa Nova, Sento Sé, Sobradinho, Pilão Arcado, Remanso, Barra, Itaguaçu da Bahia e Xique-Xique, foi possível observar o desalento que essas comunidades sofreram e que ainda hoje permanece em forma de sentimentos de perdas proporcionadas pela instalação da Barragem de Sobradinho.

A história apontada neste relatório é baseada nas experiências vividas por essas comunidades de tristes episódios, pela perda de suas tradições, patrimônios, entes queridos e de suas terras onde plantavam para sua sobrevivência. Apontam nas entrevistas seus descontentamentos contra os efeitos negativos daquela grandiosa obra. Vale ressaltar que o período da construção da barragem foi o ápice da ditadura militar, onde o clima de subordinação era imposto e os direitos sociais eram controlados pelo Estado.

Com a construção da Barragem de Sobradinho veio o desaparecimento de núcleos urbanos e conseqüentemente a transferência dos seus moradores para novas sedes, construídas às margens do reservatório, isso para as cidades de Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado e Sento Sé, com direito a indenizações para se retomar um cotidiano que foi alterado com a construção da UHE Sobradinho.

Segundo informações orais coletadas em campo, na maioria das vezes, os camponeses pobres eram excluídos dos projetos futuros de reinstalação em terras férteis da borda do lago, tidos como incapazes para a agricultura irrigada, terras destinadas as grandes empresas. Ainda segundo informações orais, para os habitantes das quatro cidades inundadas, desde o início estava definida a reconstrução dos equipamentos públicos de melhor padrão. Todavia, esses equipamentos não iriam sanar nem compensar o sentimento de perda que eles até hoje guardam de suas histórias e memórias.

Os sentimentos de memória são presentes na população percebidos a partir de suas falas quando dizem que até hoje, quando as águas represadas do lago baixam pela falta das chuvas, as lembranças vem à tona, é momento de relembrar, através das ruínas aparentes suas histórias e as memórias de uma vida que foi forçosamente deixada para traz, mostrando um sentimento de indignação onde em todas elas externam sempre a perda, não apenas no âmbito material

(suas casas, ruas, igrejas, etc) como também, principalmente, no campo da memória (seus festejos, danças, músicas, comidas, etc). O sentimento de perda da identidade cultural permeia nessas comunidades de forma muito forte. A transmissão dessa história e de sua cultura para a população mais jovem também se apresenta como preocupação estando associado ao medo do desaparecimento de sua identidade cultural.

Apesar dessa desarrumação social, ainda se encontram representações culturais como a dança, música, culinária, festas religiosas que foram trazidas junto com a população e com isso mantendo algumas tradições que estão fortemente arraigadas entre a comunidade.

Guardando as devidas proporções não se pode deixar de entender que remanejar toda uma população tendo por pano de fundo o apagar de sua cidade original e criação de outra é uma espécie de desastre e que as pessoas remanescentes precisam de apoio, mas em termos de suas estruturas profundas destacadas por Oliver¹. Estas estruturas profundas deixam de ser percebidas em função da urgência e da demanda econômica envolvida em tais obras de imenso porte. No entanto as críticas mais contundentes ao processo por parte dos “sobreviventes” se dá em bases de tal estrutura profunda. A memória coletiva está sob as águas ainda e parece que não foi restaurada aos mais velhos nestas comunidades, parece que uma parte do passado ainda não terminou de ser concluída.

A História das comunidades que sofreram deslocamento com a implantação da Barragem de Sobradinho é sempre conflitante. A população mais idosa, representantes deste momento, sempre fazem comentários e declarações referentes a perdas culturais, a perda de sua identidade e a falta de suas origens não serem passadas aos mais novos, pois parece que eles não têm passado tudo começou no momento em que eles se transferiram. Para amenizar este sentimento é necessária a implantação de um espaço onde eles se vejam representados, e sua história revelada. Esse espaço deve conter objetos de memórias comunitárias.

Acredita-se que existe a necessidade da criação de mecanismos que permitam a (re)construção da(s) história(s) dessas comunidades na recuperação e reconhecimento dos diversos tipos de patrimônios, (imaterial, ambiental, vivo e material) fazendo com que os indivíduos se

¹ OLIVER, Paul. Built to Meet Needs – Cultural Issues in Vernacular Architecture. Elsevier. Oxford, 2006. Pág. 191.

reconheçam através destes patrimônios e que o signifiquem enquanto elementos de sua identidade cultural, permitindo a propagação do conhecimento, resgate e divulgação do universo histórico-cultural do passado encontrado na região.

Para tal propõe-se:

- Promover, entre as comunidades, o reconhecimento do acervo patrimonial como um instrumento que possibilita a ativação da memória local e a constituição de laços identitários, através de estratégias interativas junto à população local;
- Criação de um museu, a exemplo do já existente em Remanso;
- Onde já existe o espaço museológico, como é o caso do museu do sertão, organizar e restaurar os objetos de seu acervo, além da criação de um banco de informações de história oral, já que existem pessoas que podem ser consideradas como patrimônio vivo do local;
- Oferecer aos alunos uma nova perspectiva sobre o patrimônio de sua cidade, buscando através de uma dinâmica pedagógica participativa, sensibilizar o alunado de diferentes níveis das escolas públicas e particulares dos municípios para valorizar sua história e seu patrimônio;
- Aproximar a população do patrimônio como forma de conhecer sua história e contribuir na preservação desses registros para as gerações futuras.

Como instrumentos para alcançar tais objetivos, seguem as seguintes proposições:

1. Instalação de um centro de memória em todas as sedes dos municípios com exposição dos registros relacionados à cidade, festividades, manifestações religiosas, costumes, atividades comerciais, contos e lendas, etc. O centro deve ser dotado de iconografia, exposição de objetos, sala de exposição de filmes, sala de atividades destinadas às crianças, com a intenção de manter a herança cultural entre as gerações. O centro terá como objetivo o resgate da cultura do modo de viver dos remanescentes, assim como a manutenção da autoestima e estímulo a conservação dos costumes.

2. Promover nas cidades concursos para recuperação dos patrimônios que foram perdidos durante o processo de transferência das comunidades para outras localidades;
3. Implantação de um banco de dados de História e Memória de cada município, constituído de registros das memórias das comunidades visitadas evidenciando o patrimônio cultural local perdido e identificar os que ainda podem ser registrados de diversas formas, sobretudo no campo da História Oral. Neste caso é importante promover entrevistas com as figuras expressivas do local, artistas populares, contadores de histórias, figuras dos mais diversos extratos sociais, fundamentais para a construção da memória e identidade cultural dos municípios e inserir de forma lúdica neste Centro proposto.
4. Publicar um livro sobre as histórias e memórias das comunidades que sofreram a relocação por motivo da instalação da barragem de Sobradinho.
5. Produção de Vídeos que contenham imagens e depoimentos dos moradores dos municípios;
6. Elaboração de Catálogo em mídia digital dos relatos orais;
7. Banco de Imagens;
8. Inventário realizado por instituição estadual do governo do estado da Bahia de patrimônio de todos os bens culturais remanescentes com a intenção de propor as medidas legais cabíveis à sua proteção.

➤ **Arquitetura**

Baseado nas análises contidas neste documento se observa que a infraestrutura básica concedida inicialmente às sedes dos municípios foi realizada visando os aspectos da coletividade, como a construção de praças, edifícios públicos, igrejas, serviços de abastecimento de água e energia elétrica assim como as instalações de esgotamento sanitário. Alguns povoados foram beneficiados com a mesma infraestrutura das sedes, porém em menor escala, de acordo com o número de remanejados.

As vias das sedes são bem dimensionadas, com largura média de duas faixas, sendo pavimentadas ou calçadas no perímetro central dos núcleos urbanos. Possuem espaços de lazer, como praças e quadras esportivas. Quanto ao mobiliário urbano, tais como, bancos, lixeiras, sinalização, luminárias, existem em número escasso e concentrado apenas nos núcleos, principalmente em torno das praças. Nas áreas mais afastadas, como nos povoados e na periferia, as ruas são largas, porém sem calçamento, grande parte habita sem a tríade básica da infraestrutura: água canalizada, esgoto e energia elétrica.

As cidades remanejadas possuem um modelo de urbanização que se repete em muitas cidades brasileiras. O núcleo é composto pela praça central, que agrega os principais edifícios públicos, tais como, igreja, prefeitura, fórum entre outros. Este núcleo é o marco referencial de localização e convivência da cidade de pequeno porte.

As comunidades obtiveram um crescimento rápido e desordenado não dimensionado nos projetos de urbanização desenvolvidos na década de 1970. As habitações localizadas às margens do perímetro pré-estabelecido, sofrem da ausência de: água encanada, coleta de lixo, esgotamento sanitário e energia elétrica.

As habitações, de modo geral, tiveram uma singela melhora, quanto à resistência, considerando os materiais e técnicas construtivas empregadas. Algumas habitações substituíram a taipa por alvenaria de tijolos, ou quando permaneceram com a antiga técnica, substituíram a madeira utilizada por outras mais resistentes e aumentaram o seu programa (número de cômodos na casa).

Os serviços de educação e saúde disponíveis às comunidades foram marcos de melhorias quase com unanimidade pelos entrevistados, não apenas nos aspectos físicos, mas na qualidade e capacidade do atendimento. Com exceção da cidade de Sobradinho, onde se afirma existir a estrutura física de atendimento à saúde, mas há a ausência de profissionais.

Paul Oliver, renomado estudioso da construção vernacular e da antropologia ligada à arquitetura, em uma palestra em 1978, destacou que em situações de desastre (onde há grandes perdas materiais e até de vidas) os grupos de apoio se preocupam muito com estruturas superficiais ao lidar com as pessoas sobreviventes ou afetadas por tais situações. Usando Levi-strauss ele salientou que estruturas profundas seriam mais importantes para reestabelecer o

modos vivendi de quem é afetado por relocações e suporte humanitário para não se perder memórias culturais. Estas estruturas profundas são baseadas em fragmentos da cultura material, idiossincrasias do comportamento humano, códigos de comportamento e educação, observação de mistérios e ritos, crenças, ciclos calendares, devoção religiosa, relação entre sexos, gerações, vivos e mortos. Juntos estes valores expressam a visão de mundo de uma cultura e seu sistema de valores.

As cidades que fazem parte do território 3 (Barra, Itaguaçu da Bahia e Xique-Xique) não aparecem no mesmo cenário das cidades que foram alagadas. Pelo que foi percebido durante as atividades na área através de relato como também do levantamento bibliográfico sobre esses municípios, essas cidades não sofreram diretamente o impacto da implantação da Barragem de Sobradinho, com exceção feita a comunidade Marreca Velha em Xique-Xique, que foi parcialmente inundada e a população transferida para outra localidade hoje denominada Marreca Nova, porém essa comunidade, na sua maioria, voltou para seu lugar de origem e continuam cotidianamente suas vidas, o mesmo processo que ocorreu com a parte da população de Pilão Arcado.

Segundo relato do Sr. Sócrates Teixeira, cidadão de Barra, apenas se ouviu falar no assunto no período de implantação, mas algumas pessoas nem tiveram conhecimento. O mesmo não vê uma relação direta do município de Barra com a Usina de Sobradinho, mas sim com a Usina 3 Marias e seus afluentes à jusante que podem vir a afetar a área. Ainda segundo o entrevistado, a relação de Sobradinho com os municípios de borda de lago pode residir nas questões ambientais, como na diminuição de chuvas e de peixes.

Com base na análise da situação atual dos municípios de Pilão Arcado e Remanso, serão expostas algumas recomendações visando um modelo de desenvolvimento sustentável relacionado a preservação das raízes e memórias dos habitantes das cidades que passaram pelo processo de transferência de suas cidades originais para as novas cidades construídas pela CHESF.

De acordo com os dados obtidos nas pesquisas de campo e nas fontes documentais, não se identificou uma relação direta entre as transformações sociais, culturais e urbanísticas com a implantação da Usina de Sobradinho. Apesar de algumas famílias terem sido relocadas para

áreas rurais localizadas no território 3, não representam uma parcela significativa na dinâmica do município. Contudo algumas queixas e sugestões foram registradas durante a pesquisa:

1. Melhoria das estruturas que ainda existem hoje nessas comunidades para melhora de vida no que diz respeito à urbanização²;
2. Estimular a utilização de barcos como vapor como fonte de transporte local e como elemento fortalecedor do turismo na região relembrando a história da região;
3. Elaboração de estudo aprofundado sobre as alterações climáticas, causas e consequências dos municípios envolvidos em relação ao aquecimento global e implantação da usina de Sobradinho.

De acordo com o diagnóstico obtido na coleta de dados para este projeto, foi verificada a necessidade do melhoramento de estruturas existentes e inserção de novas. Seguem as proposições:

1. Ampliação da área de abrangência as zonas periféricas das sedes e povoados dos serviços de:
 - esgotamento sanitário;
 - abastecimento de energia elétrica;
 - abastecimento de água pluvial;
 - instalações habitacionais para reaproveitamento de águas pluviais;
2. Implantação nas sedes, zonas periféricas e povoados de:
 - sistema de coleta de lixo ligadas à cooperativas para reciclagem e beneficiamento de garrafas pet, de caixas de leite, de revistas e jornais, etc.; divulgação e incentivo para o repasse a cooperativas de substâncias degradadoras do meio ambiente como os resíduos de óleo, por exemplo.

² Foi apontada a necessidade de mais duas casas de farinha no município de Itaguaçu da Bahia pelos participantes da oficina.

3. Inserção de espaços, de serviços e equipamentos urbanos, com ênfase nas zonas periféricas, tais como:

- pavimentação das vias, sendo revestidas com paralelepípedo as vias secundárias;
- espaços de convivência (praças) dotados de mobiliário urbano como lixeiras de reciclagem, tratamento com paisagismo, bancos, luminárias, quadras, parques, canteiros;
- tratamento das calçadas, mantendo a largura ideal para circulação de pedestres, com arborização, placas de sinalização, lixeiras de reciclagem;
- estações de transportes públicos com bancos, cobertas, telefones públicos;
- reserva de faixas exclusivas para paradas de transportes públicos nas vias principais, visando o crescimento futuro do tráfego;
- divulgação do incentivo fiscal do sistema de adoção de praças públicas por empresas, visando a permanente manutenção das mesmas.

Quanto ao aspecto visual urbano as proposições seguem o partido de limpeza visual, diminuindo e limitando a quantidade de elementos espúrios. Em relação à responsabilidade governamental, podem ser viabilizadas ações como: Embutimento das fiações dos postes e colocação de luminárias de menor porte nas principais vias; Plano de restrição considerando a estética e o gabarito dos edifícios nas reformas de fachadas, acréscimos, sinalização (placas comerciais) e novas construções; Elaboração de projetos locais direcionados aos agentes multiplicadores (professores, instituições públicas e privadas...), que visem à conscientização e responsabilidade ambiental e a cidadania;

Planejamento dos vazios urbanos, visando a multiplicidade e setorização de serviços e de utilização (comércio, habitação e lazer) assim como sua infraestrutura.

A transformação urbana sofrida será descrita de acordo com a metodologia utilizada e classificada em relação ao meio social precedente e o alcançado. Isto é, deveremos considerar o ambiente que os determinados grupos sociais ocupavam e o que passaram a ocupar focando o ponto de vista de distância em relação ao centro urbano, infraestrutura, arquitetura e

permanência de vizinhança. Com isto poderemos ter um panorama do modo de vida do antes, durante e depois da implantação da barragem de Sobradinho.

A arquitetura é um excelente meio pelo qual podemos entender como as pessoas se relacionam entre si e meio em que estão inseridas. O registro arquitetônico revela o nível tecnológico e aprimoramento técnico comum a uma região ou grupo específico num determinado meio. Esta relação se dá por meio da análise da construção e suas especificidades: como aberturas, existência de cerca, quintal, oitão, portas tipo saia-e-blusa, demarcação do que é privado, semi-privado ou público, uso do ambiente comum, socialização do espaço, dentre outros. Estes fatores determinam o nível de interação social, do isolamento, da resistência cultural, do desenvolvimento tecnológico, do acesso a outras culturas, do tipo de ocupação do espaço pela família, da existência ou não de clãs familiares, do crescimento espacial da comunidade e aponta para vários encaminhamentos socio espaciais que se pode prognosticar. Com base nisto as visitas em campo objetivaram a análise de como estavam as construções atuais (como elas tinham sido entregues e como estão sendo usadas, ocupadas e/ou descartadas e reformadas segundo novas necessidades) em comparação ao que era habitado no passado, antes da intervenção (no caso de comunidades ou grupos que foram relocados) do reservatório de Sobradinho. A análise do modo de vida (ou alteração deste) com base na arquitetura (tecnologia construtiva), urbanismo e patrimônio prima por observar como este modo de vida se refletia no ambiente construído e como o novo meio foi alterado ou alterador deste.

A primeira variável considera o centro urbano, como o local em que agrega as sedes físicas dos setores públicos (secretarias, prefeitura, biblioteca), institucionais (colônias, centros culturais...), religiosos (igreja), comerciais e sociais (praça). Nos casos observados podemos notar duas situações distintas com respeito ao centro urbano: os que foram construídos para o remanejamento das populações afetadas e que não sofreram intervenção pelo fato de estar distante da área de alcance imediato pelas águas do reservatório de Sobradinho.

Tratando-se primeiramente dos centros urbanos que não sofreram ação das águas é possível observar que quase não houve alterações no modo de vida da população com respeito ao seu modo de habitar, construir e usar a cidade. Em cidades como Remanso, Barra, Xique-xique e Itaguaçu nota-se que o ambiente construído sofreu poucas alterações e mesmo os bairros, ou trechos destes, onde houve construção de grupos de casas para relocados não gerou alterações

urbanísticas fortes o suficiente para modificar o modos vivendi da cidade. Estes acréscimos ao ambiente pré-existente se deu, na maior parte dos sítios visitados, de modo muito natural e acompanhando o crescimento natural das quadras e ordem espacial já existente. Mesmo onde bairros foram acrescidos ao existente, a malha urbana não sofreu alterações a ponto de afetar a dinâmica social da cidade.

Tecnologicamente falando as novas construções não acrescentaram novidades ao já existente e habitualmente construído pela população. Em conversas com antigos moradores foi descrito que mesmo os tamanhos e divisões internas das construções não diferiram muito do passado e que muitas vezes a escolha pelo modelo de casa se dava em função de tamanho da casa anterior e da família. Esta nova moradia, segundo se relatou, estava de acordo com o status espacial da família antes da mudança em boa parte das entrevistas. Não havendo mudanças tecnológicas nem de uso do ambiente construído boa parte da cultura, quanto ao modo de habitar, manteve-se intacta.

A ressalva que se faz neste caso inicial é que as habitações tinham, anteriormente, um maior espaço em volta da casa, muitas vezes sem cerca ou muro (ênfatizando que a noção de público e privado não é muito diferenciada ou tratada como barreira social), de modo que pequenas plantações de subsistência e pequenos criadouros, ênfatizando um ambiente rural, de animais eram possíveis. Algumas famílias tiveram de submeter ao ambiente tipicamente urbano, com suas delimitações mais ênfatizadas, o senso de privado mais exacerbado e menor possibilidade de uso da terra.

No entanto em Pilão Arcado e Xique-xique, em especial, pode-se observar novos centros urbanos, em maior ou menor escala, foram construídos para alocar a população oriunda de regiões alagadas. A Pilão Arcado Nova e a chamada Nova Marreca (em Xique-xique) formam ajuntamentos novos com novo centro urbano (e no caso da Pilão Arcado nova uma novo centro cívico-administrativo). Este novo arranjo formal respeitou diretrizes urbanísticas modernas com desenho geométrico cartesiano e medidas urbanas generosas. No caso da Pilão Arcado velha, que ainda está descoberta e se pode constatar o anterior traçado urbano, a comparação é inevitável. O anterior traçado era irregular e desprovido de comprometimento técnico com detalhes infraestruturais. Constata-se que a situação anterior demonstrava um ajuntamento saindo das condições rurais e adquirindo ares de urbanidade. A proximidade da água afetava

muito o traçado urbano. Toda a Pilão velha era paralela ao curso do rio e as ruas e direções sempre iam às águas. A relação com a água, segundo entrevistas, era muito forte como é de se esperar em qualquer ajuntamento ribeirinho. O mesmo se pode dizer da Marreca velha. Uma vila de pescadores, com casas em taipa, ruas paralelas ao curso do rio e conexões entre si através dos “oitões” das casas ou largos desabitados. Pequenas criações de animais e plantações de subsistência. Este arranjo rural é comum a ajuntamentos de tal porte na região. A pesca, em ambos os casos, era a principal fonte de renda da população e o rio servia qual “estrada” para escoamento de produção e transporte da população.

Nestas situações as intervenções urbanísticas geraram um desenho diferenciado do original. O cartesianismo geométrico do desenho, por motivos técnicos e econômicos, adotado gera diferenças espaciais e um novo modo de percepção do espaço e de deslocamento interno. As funções administrativas ou sociais no centro do espaço comum, com fácil identificação e acesso, demonstram a preocupação em estabelecer pequenas cidades formais. O resultado é um bastante homogêneo com respeito ao aspecto visual do ambiente construído e os detalhes urbanos diferenciam do anterior aspecto rural. As novas instalações permitem um melhor uso do espaço urbano coletivo para infraestrutura, para prédios administrativos e públicos, como hospitais ou postos de saúde, escolas e creches, além de calçamento de ruas e acesso a serviços anteriormente impossíveis ou pouco prováveis, como serviço de limpeza pública ou ambulâncias.

Ainda assim é na célula construtiva – a unidade habitacional – que se constata a maior mudança: a já mencionada situação da adaptação ao lote urbano, murado e fortemente delimitado pelo outro. Este aspecto é diferente do ambiente rural, quase familiar, em que o senso de público e privado se confundem e a circulação interna é ampla e irrestrita na maioria dos casos e, ainda, há espaço para pequenas criações e cultivos. Esta modificação de comportamento social gerou algumas dificuldades, conforme entrevistas, de adaptação, em especial entre os mais velhos. Também a distancia da água e dificuldades de plantio (em função da pouca área de moradia) fizeram com que muitos não conseguissem se adaptar ao sistema de trabalhadores urbanos. Mesmo com a crescente demanda e oferta de comércio e serviços nestes sítios há ainda grupos consideráveis que não conseguem se enquadrar neste modo de produção. Foram confirmados casos de retorno ao antigo ambiente de morada (Pilão Arcado velha e Marreca velha).

Apesar da proximidade com estradas estaduais e outros povoados que a mudança espacial gerou a grande diferenciação se deu com respeito ao relacionamento espacial com a água. A influência do rio neste aspecto é visível no modo como as construções, mesmo as administrativas, no caso de Pilão Arcado, são executadas em paralelo ou delimitadas pelo mesmo, no modo como os ancoradouros (ou pequenos portos) acabam por se tornar pontos de atração comercial e de serviços, no modo como os caminhos e percursos da população eram traçados e como isto acabava por influenciar o desenho urbano. Esta relação com a água não somente tem a ver com aspectos econômicos ou sociais, mas toda uma cultura (que vai da construção à religião) é desenvolvida ante esta presença constante e influente.

Ainda vale destacar a questão da necrópole. Uma queixa constante, na Pilão Arcado nova, foi a que não trouxeram o cemitério para a nova cidade. Ainda outros acham que devia ficar por lá mesmo. A questão da relação com os mortos é antiga e cheia de crenças e mitologias. Este aspecto da natureza humana tem de ser bem tratado, pois a necrópole está entre as origens da formação da cidade. No passado grupamentos eram formados a partir de locais de enterramento. Estes grupamentos deram origem a cidades que cresceram em torno do ofício religioso. Esta origem aponta a relação com os mortos como de suma importância para o entendimento correto e profundo de qualquer cultura. Assim os questionamentos de como se lidar com o cemitério devem ser bem pesquisadas e refletidas para se ter uma resposta a dar a população ou grupos que ainda levantam esta polêmica. O distanciamento da memória dos antepassados pode contribuir para uma descaracterização da identidade cultural do grupo. A memória sempre esteve conectada a identidade cultural. Este aspecto não pode ser desconsiderado ao se lidar com grupos inteiros e seus locais de vivência, morada e manifestação da cultura.

A infraestrutura deve ser observada com vista na acessibilidade de pessoas e automóveis, serviços, iluminação pública, energia, água, saneamento, coleta de resíduos, qualidade dos espaços de lazer e convívio social, sinalização, arborização e mobiliário urbano (bancos, lixeiras, vasos...). Esta infraestrutura é responsável pela melhora da qualidade de vida da população e, por isso, é justificativa forte para intervenções urbanísticas. Nas situações expostas acima percebemos que nas comunidades pouco afetadas pelas modificações espaciais do reservatório de Sobradinho a infraestrutura local também não foi alterada. O que se tem existente é resultado do processo de desenvolvimento natural de pequenas cidades do interior

do país. Esta infraestrutura sofreu ajustes e algumas modificações (pequenas) para receber remanejados em algumas localidades ou bairro, como: acesso à água potável, instalações elétricas, esgotamento sanitário, abertura e calçamento de vias, bem como acesso a serviços comunitários e sociais, como escolas, postos de saúde. No caso de remanejamentos a questão de modificação do modo de vida com relação a estes implementos pouco sofreu alterações. Como mencionado anteriormente a maior modificação se deu na situação dos que de vieram de anteriores espaços “rurais” para o convívio urbano. Este choque se dá na espacialidade, que é modificada, no senso de público e privado, no movimento (ir e vir) que é alterado e também, pode-se dizer, nos trajetos pessoais e tradicionais que são abandonados e não podem ser retomados em função de um novo desenho urbano. Estes trajetos pessoais e tradicionais, comuns em ambiente rural (livre de muros, cercas ou arruamentos definidos) se dão por opção coletiva, caminhos de animais e proximidades familiares, de modo que caminhos inteiros são percorridos diariamente, quase que intuitivamente. Estes caminhos tradicionais são preservados e respeitados com o passar do tempo. Isto revela uma lógica existente na percepção e definição do espaço e sua permeabilidade dentro de uma comunidade.

As comunidades ou grupos relocados tendem a usar o sistema urbano (quanto à infraestrutura) existente, no seu limite ou sobrecarregando-o. Ainda é possível que motive ampliações e ações de melhoria no trecho da cidade onde há a relocação.

As instalações que foram construídas para receber todo um grupo relocado tiveram de atender as principais exigências de um centro urbano mínimo para gerir a mudança. Estes ambientes estão providos de infraestrutura mínima para a população. Pode-se perceber que arruamentos bem dimensionados que são úteis até a atualidade em termos de dimensionamento, prédios públicos que comportam suas funções e atividades, locais de convívio, como praças e centros urbanos, são preparados no esforço de atender à população e são amplamente usados pela população. Quanto a hospitais ou clínicas e postos de saúde há o questionamento de sempre quanto à quantidade e qualidade de serviços (isto ocorre em nível nacional) e não se pode estabelecer uma relação direta com um possível subdimensionamento do equipamento. No entanto se percebe também que a previsão espacial foi subdimensionada ou subestimada quanto ao possível crescimento populacional. Os trechos de previsão de crescimento parecem ter sido ocupados antes do tempo (antes da chegada da infraestrutura básica) e o que se vê é uma “favelização” do espaço, seja em termos espaciais ou estéticos.

Parece haver uma boa assimilação do espaço pela população relocada. O uso dos espaços semi-públicos e públicos pelos moradores é evidência disso. A comunidade absorveu o novo espaço e se adaptou bem a ele, em especial os mais jovens, que são uma geração nascida pós-mudança. Comércio e serviços locais evidenciam uma dinamização social de espaços “longe” ou deslocados do centro principal da cidade (ou bairro) construída. Esta dinamização tende a ser facilitada quando há um processo de ocupação e apropriação do espaço público e semi-público pelo usuário e os trajetos começam a se formar dentro do novo espaço comum, criando novas centralidades no meio citadino.

Neste caso específico, da arquitetura, não importa se a comunidade inteira foi relocada ou se parte afetada apenas, os projetos habitacionais há forma muito similares em tecnologia construtiva, em aspectos dimensionais e estéticos. Assim pode-se afirmar que a preocupação principal ao se propor uma nova morada, inclusive com este fato sendo corroborado por algumas entrevistas, foi atender, com brevidade, a demanda pelo espaço residencial que estava em vias de se perder. Esta demanda originou uma moradia com tamanho proporcional ao que ficou para trás, conforme o tamanho da família, de baixo custo e fácil execução e manutenção. A casa é simples do ponto de vista formal e estético. Sem inovações espaciais e sem novidades tecnológicas, a não ser o banheiro (deslocado da casa) feito em lajes pré-moldadas de concreto e montadas sobre uma fossa negra.

A construção fica solta no lote urbano (12 x 25m), com “oitões” nas laterais. Há um quintal (onde, inclusive, em muitos casos se observou o padrão de descarte similar ao rural: o quintal era o local de se espalhar (aos animais) o lixo orgânico – resto de comida) com um bom tamanho quando levamos em conta a taxa de ocupação do terreno.

Esteticamente a casa oferece muito pouco em matéria de novidade, de modo que alguns traços vernaculares forma preservados evitando assim distorções quanto à identidade arquitetônica anterior. A grande mudança se dá no caso de quem foi transferido de uma antiga construção em taipa, técnica construtiva nem sempre associada à pobreza, mas à cultura local. A nova, em alvenaria de tijolos, permite uma melhor utilização do espaço interno da casa, gerando inclusive um terraço em alguns modelos. Esta mudança necessita de uma maior adaptação ao manuseio da construção, mas nada que significa uma mudança de comportamento ou modo de vida. Até por que há um aparente status relacionado com a alvenaria versus a taipa. Esta

transformação é vista de forma geral como positiva, apesar de desfazer de um traço cultural muito característico: a tecnologia construtiva adaptada ao meio e ao manuseio coletivo e de transmissão familiar oral.

A conservação das relações familiares e vizinhança estabelece um fator social determinante, cuja manutenção estabelece uma continuidade da dinâmica e modo de vida.

1.2. Segmento Economia

1.2.1. Informações relevantes

A pesquisa documental sobre as alterações na região decorrentes do estabelecimento da barragem de Sobradinho permite constatar a ocorrência de profundas mudanças no modo de vida e de produção dos indivíduos, geradas por uma expressiva intervenção do Estado. Em consequência, a economia passou a se desenvolver em novas bases, nas quais a agricultura perdeu suas características tradicionais e foi substituída pela crescente mecanização das áreas irrigadas, ocasionando dessa forma o aumento de produtividade e de riqueza para a região, embora de forma concentrada.

Em análises da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE na década de 70 sobre a economia da região Nordeste, se caracterizava o semiárido como um sistema complexo de pecuária e uma agricultura de baixo rendimento. Entretanto, a agricultura era a atividade principal dos trabalhadores e a pecuária, com maior significado econômico, era praticamente restrita aos proprietários de terra.

No decorrer dos anos algumas características socioeconômicas foram alteradas, mas alguns contrastes internos prevalecem na região. Ocorreu uma mudança no perfil agrícola nordestino a partir da década de 70 e essas alterações implicaram na estagnação da produtividade dos cultivos tradicionais relacionada à sua porção semiárida.

No final da década de 80, a região acentuou seu crescimento econômico em ritmo significativo, em relação à década anterior. O avanço dos perímetros irrigados foi assinalado pelo intenso auxílio do setor público. O setor privado expandiu as suas terras irrigadas, o que gerou lavoura com especialização em cultivos de elevado valor comercial e motivou grande aumento do consumo urbano-industrial. Ocorre nesse período a instalação de indústrias desses segmentos, o

que contribuiu no crescimento da oferta de empregos e na demanda por ampliação da rede de serviços urbanos, necessária para absorver um recém chegado contingente populacional.

O perfil mercadológico dos produtos cultivados atualmente visa à exportação, em um sistema inovador, o que contrasta com o padrão dominante até a década de 70 (SUDENE, 2008).

Entende-se, dessa forma, que o crescimento da renda local está vinculado ao mercado externo e que os fatores regionais não têm, por si só, o poder de regular o crescimento econômico local.

Entretanto, mesmo por se tratar de uma região que está ampliando as atividades agrícolas modernas, em torno da fruticultura de exportação, há uma conjuntura de excessiva concentração de posse de terras.

A manutenção de baixos níveis salariais ocorre por conta de existir um contingente de trabalhadores disponíveis, nas áreas da caatinga, dispostos a se transferirem para onde possam se empregar e receber o salário mínimo. A grande oferta de mão de obra diminui os salários gerais.

Em linhas gerais, a economia da região é norteadada pela agricultura, pesca e pecuária (caprinos e ovinos). Mesmo com potencial de exploração turística, esse setor não representa significância na economia local.

Apesar de 58% de sua área estar situada no semiárido brasileiro, na região foram identificadas 139 espécies de peixes, sendo as mais comuns: surubim, dourado, piaui, cascudo, curimatã e traíra.

Ao longo da margem do reservatório, intensamente alterada pela ação antrópica, desenvolvem-se culturas diversificadas que aproveitam o regime de vazante, como a de cebola, melão, mandioca, tomate, entre outros cultivos, além de serem destinadas outras porções à pastagem. Nas áreas mais afastadas da margem do reservatório há remanescentes de vegetação nativa de pequeno porte, herbáceas e caatinga, também já alteradas pelo desmatamento para o plantio e extensão da pecuária. Uma parcela das lavouras é irrigada de forma artificial. Essas áreas concentram-se em maior proporção no extremo leste do reservatório, entre os municípios de Casa Nova e Petrolina, onde se localiza, na margem esquerda do rio São Francisco, o distrito de irrigação Senador Nilo Coelho.

A importância do reservatório artificial no contexto regional é notória pela dimensão e por estar relacionado à manutenção de atividades econômicas que se utilizam da água represada e do regime de vazante. Essas atividades desenvolvidas na área marginal estão, em grande parte, inseridas nos limites das Áreas de Preservação Permanente estabelecidos pela Resolução do CONAMA nº 302/02. Os problemas ambientais atuais são decorrentes do gerenciamento inadequado dos recursos ambientais locais e da inexistência ou ineficiência de políticas estruturadoras da integração de atividades econômicas com mecanismos de manutenção da qualidade ambiental. A região enfrenta problemas como o desmatamento, queimadas, assoreamento e poluição das águas do reservatório por agroquímicos utilizados principalmente nas culturas de cebola.

Na vizinhança da área de interesse do presente estudo situam-se os municípios de Petrolina e Juazeiro (Pernambuco e Bahia, respectivamente), polos de agricultura irrigada e centros comerciais de grande relevância na região.

Dentre as políticas públicas existentes na região, destacam-se os investimentos em Projetos de irrigação, como o da criação do distrito de irrigação Senador Nilo Coelho. Conforme SOUZA et al. (2001), o Projeto tem uma área de 15.000 ha em operação, com 1.457 lotes para área de colonização, que respondem por 60% da área irrigável, além de 132 lotes para a área empresarial, com 40% desta mesma área.

Outros Projetos e programas de irrigação, revitalização, recursos pesqueiros e educação ambiental são desenvolvidos pela CODEVASF na região.

O Programa para construção de cisternas para as populações rurais – Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), que visa proporcionar o aproveitamento da água da chuva, tem ações em todo o semiárido e é coordenado pela Articulação do Semiárido (ASA), uma coalizão de mais de 750 entidades e organizações da sociedade civil. A escassez hídrica na região tem gerado muita discussão e mobilizado a sociedade organizada, no que tange ao questionamento sobre os tipos de políticas públicas direcionadas para solucionar esse problema.

CARMELO FILHO (2005) salienta que o processo de irrigação no vale do São Francisco prioriza a fruticultura destinada à exportação em detrimento de investimentos em produtos como milho, feijão, cebola e mandioca que são base da alimentação regional. Para este autor as

políticas do Estado de desenvolvimento enfrentaram grande influência de empresas do setor, inclusive internacionais, que controlam grandes parcelas de terras irrigadas e não proporcionam melhores condições de vida aos ribeirinhos da região.

Com maior percentual populacional acumulado em áreas rurais, a população necessita do acesso à terra para a produção de riqueza e geração de renda, um instrumento de inclusão.

A pequena propriedade continua predominante na região em busca de novas orientações políticas, econômicas e técnicas que assegurem a melhoria de vida dos seus donos e das suas famílias.

Ressalta-se que o lago possibilita a sobrevivência da população ribeirinha de baixa renda, a irrigação em pequenas propriedades e a criação de gado.

Como uma importante região produtiva do Brasil, em que a fruticultura para a exportação se constitui em uma de suas atividades econômicas mais importantes, a região destaca-se, no panorama agrícola nordestino e nacional, como uma exceção fortuita e bem sucedida no interior. Além de moradores locais a região atrai famílias residentes nas áreas rurais de sequeiro que migram em busca de trabalho nos períodos de estiagem.

A importância de residir em áreas próximas ao lago vincula-se de forma intrínseca quanto à questão de identidade territorial e sua identificação com um núcleo social, o sentimento de pertencimento e reconhecimento como ser social. Esse sentimento pode ser verificado em observação ao legado cultural da população e seu percurso histórico.

As propriedades com até 10 hectares são caracterizadas por famílias que fazem uso da terra com agricultura de subsistência ou atividades agropecuárias pouco pretensiosas, porém com considerado risco de degradação ao meio ambiente, em virtude da estrutura fundiária - caracterizada por minifúndios - e utilização de métodos pouco modernos de exploração da terra.

Na margem direita do lago de Sobradinho predominam lotes de 10 a 50 hectares. De acordo com o INCRA, nas propriedades de até 50 hectares predominam trabalhadores que exploram diretamente a terra na condição de proprietários, parceiros ou outros sistemas.

Embora as estatísticas oficiais não utilizem a classificação de agricultura familiar, a partir das características atribuídas a essa agricultura, pode-se afirmar que nas unidades produtivas de até 100 hectares, há uma predominância de agricultores familiares.

De acordo com estudo realizado pela FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, FAO / INCRA (1994) os produtores rurais estavam inseridos em dois modelos gerais: o da agricultura patronal e da agricultura familiar. Os primeiros teriam como característica a completa separação entre gestão e trabalho, a organização descentralizada e ênfase na especialização. Ainda, esses modelos têm características diferenciadas quanto à cultura adotada, tamanho da área produzida, direção e execução do processo produtivo e utilização do trabalho assalariado.

No modelo geral de agricultura familiar utilizado pela FAO / INCRA, apresentam-se três modalidades: a agricultura familiar consolidada, a agricultura familiar de transição e a agricultura familiar periférica.

A agricultura familiar periférica, das modalidades supracitadas, é a que melhor reflete a realidade dos estabelecimentos da região do entorno do reservatório.

Essa modalidade é classificada como a mais insuficiente das agriculturas familiares e ainda é reconhecida pelas limitações advindas da pequena produção, agricultura de subsistência, de sobrevivência ou produção camponesa.

Ressalta-se que a agricultura familiar é realizada por membros da família, independente do sexo e da idade. Assim, é comum a participação de mulheres, crianças (desde os sete anos de idade) e pessoas idosas, mesmo que em proporções menores do que os demais componentes, os adultos homens e mulheres.

Nas propriedades com mais de 500 hectares predomina o trabalho assalariado ou algum sistema de parceria. Cabe ressaltar que tais relações de trabalho têm importante significado em períodos de seca, já que podem ser facilmente desfeitas, com a liberação dos proprietários rurais de manutenção da mão de obra em uma conjuntura econômica adversa.

Ao observar a dinâmica da estrutura fundiária da área é importante incluir as chamadas Comunidades de Fundo de Pasto no estudo de uso e significância das propriedades. De acordo com o mapeamento realizado pelo grupo de pesquisa Geografar da Universidade

Federal da Bahia - UFBA (2005), existem cerca de 363 comunidades no Estado, e algumas dessas estão localizadas não apenas nos municípios da margem direita do reservatório, mas em todos os municípios do entorno do lago: Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e Sobradinho. Ainda, de acordo com os dados da UFBA, cerca de 20 mil famílias vivem desse tipo de organização.

As comunidades de Fundo e Fecho de Pasto são formações socioeconômicas que configuram há mais de um século um modelo singular de posse e uso da terra no semiárido baiano, cuja expressão social vai além da sua participação como força produtiva. As propriedades coletivas são ocupadas, de modo geral, por uma comunidade de origem familiar comum que se realiza como atividade predominante, o pastoreio comunitário extensivo de gado de pequeno porte e, subsidiariamente, a agricultura de subsistência representada, principalmente, pelos cultivos do milho, do feijão e da mandioca.

Nestas comunidades há um modo de organização próprio com características culturais que envolvem, de modo muito arraigado, o trabalho em mutirão e a solidariedade. As propriedades comunitárias são abertas, com extensão variada (algumas com mais de 1.000 hectares), sem cercas que identifiquem a posse de cada condômino ou mesmo os limites gerais. Também nesses casos a resistência organizada culminou com o reconhecimento desta forma de acesso à terra na Constituição do Estado da Bahia no ano de 1988. Essa forma de organização foi reconhecida recentemente pelo governo brasileiro como uma das Comunidades Tradicionais do País, ao lado de quilombolas, açorianos, pescadores, quebradeiras de coco, seringueiros, mineiros, ribeirinhas, pantaneiros, catingueiros e outros.

Assim como as Comunidades Quilombolas, as de Fundo e Fecho de Pasto enfrentam dificuldades com relação ao processo de identificação, reconhecimento e legalização das suas terras. Processo bastante moroso, pois não obstante estas formas comuns de acesso à terra ocorrerem em terras devolutas, surgem, de modo frequente, supostos donos com a intenção de tomar posse da terra, o que potencializa as áreas de conflitos, que aumentam à medida que

ocorre a valorização produtiva das terras. De acordo com o INCRA (2009) cerca de 50 comunidades estão em processo de regularização de suas terras pelo governo federal.

O uso agrícola na região se dá, principalmente, nas várzeas ao longo da margem do reservatório na faixa que ficou exposta após a diminuição do nível das águas. Com o aumento no nível do reservatório essas culturas são abandonadas, podendo-se observar, em vários pontos inundados, as antigas cercas que delimitavam a área de cultura. É nesta área, também mais plana, que se encontram as pastagens.

Nas áreas, porém, que ficam mais longe do reservatório e, principalmente, naquelas localizadas a partir do piemonte das chapadas e serras, seguindo para as áreas mais altas, a mata de caatinga densa encontra-se bem preservada. Esta é uma região que não sofreu ocupação humana e encontra-se em bom estado de conservação ambiental.

A prática da queimada também é muito comum nesta região, principalmente nas várzeas. O grande período de deplecionamento do rio fez com que houvesse uma regeneração da vegetação original de caatinga. Para o aproveitamento de culturas e pastagens a população utiliza-se das queimadas.

Observa-se, de uma maneira geral, que o uso agrícola do solo sofreu pouca variação com a criação do reservatório. Continua sendo utilizado para cultura de vazante, pecuária e cultura de sequeiro.

De forma geral, os municípios da área de interesse, a saber, Remanso, Casa Nova, Sobradinho, Sento Sé, Xique-Xique, Barra, Pilão Arcado e Itaguaçu da Bahia não conseguem suprir as demandas de suas populações.

Os principais problemas desses municípios, além da convivência com a seca, são a pobreza, precários serviços públicos básicos, como saúde, saneamento, educação e transporte. Todos eles apresentam baixos índices de desenvolvimento econômico e social.

Não há uma articulação dinâmica da economia com os segmentos da sociedade que têm condições de contribuir com o processo de desenvolvimento local. Essa desarticulação entre as atividades econômicas e a população local é também marcada pela vulnerabilidade da base

econômica às calamidades climáticas, pelas ações humanas que degradam o ambiente, assim como pela falta de políticas públicas que atendam as demandas sociais.

Nesse sentido, merecem destaque alguns problemas:

- A restrita inovação tecnológica na agricultura e na pesca.
- A ausência de programas de geração de emprego e renda.
- A existência de atividades predatórias dos recursos naturais: pesca predatória e uso de defensivos agrícolas.
- A falta de racionalização e gestão do uso dos recursos hídricos de forma que atenda à demanda da população, bem como ao trabalho de educação ambiental.
- O trabalho de educação e saúde ambiental, insuficiente, se comparado às necessidades.
- A falta de uma política de segurança alimentar como forma de garantir o mínimo para a sobrevivência da população.

Os habitantes dessas cidades vivem dos empregos advindos de cargos públicos; o restante é preenchido pelas atividades pesqueiras, atividades agropastoris, tímido comércio e serviços centrados nas sedes municipais assistidos por aposentados e rendas oriundas de programas sociais do governo federal.

As atividades do setor terciário são mais visíveis nos municípios de Barra, Remanso e Casa Nova. O turismo tem importância econômica quando o reservatório está no seu nível normal, a exemplo do município de Casa Nova.

O setor primário é o que mais gera emprego e renda para os municípios, através de suas principais bases produtivas: agricultura, pecuária, pesca e piscicultura.

As áreas onde se localizam os municípios em estudo constituem zonas de pecuária extensiva com atividades agrícolas limitadas. Tendo como principais produções:

- Bovinocultura de corte, ovinocultura e caprinocultura.

- Pastagens cultivadas e naturais.
- Culturas de milho, feijão e mandioca.

Os sistemas de produção utilizados nesta região são:

- Sistema camponês agropecuário diversificado, à base de pecuária e agricultura tradicional.
- Sistema pecuário extensivo em grandes propriedades.
- Sistema de subsistência.

Nos municípios e comunidades às margens do lago de Sobradinho, observou-se que a pecuária é praticada de forma extensiva, mas em alguns casos, como em Pilão Arcado, Remanso e Sobradinho, essa atividade representa grande parte da economia do município.

A caprinocultura e a ovinocultura são as atividades pecuárias de maior expressão na região, principalmente por serem animais de maior resistência às secas prolongadas e à falta de alimentação proteica. Os produtos obtidos dessa atividade são a carne, o leite e o couro, sendo indispensáveis para a economia e a alimentação do sertanejo. Há ainda, o beneficiamento da carne que é utilizada para produção de linguiça e de defumados.

Aqueles que possuem um poder aquisitivo maior ou algum financiamento criam seus rebanhos em confinamento, complementando a alimentação dos animais com ração balanceada. Alguns possuem áreas de pasto irrigado para produção de capim-elefante.

Já os pecuaristas de subsistência utilizam o pastejo livre na caatinga (caracterizando Comunidades de Fundo de Pasto). Mas, além do pastejo na caatinga, também são usadas à mandioca moída, a Palma forrageira (*Opuntia* sp), a Algaroba (*Prosopis juliflora*) e a Leucena (*Leucaena leucocephala*). Porém nos casos mais drásticos de seca é usado até o mandacaru como alimento animal.

O escoamento da produção agropecuária acontece, basicamente, por meio rodoviário.

Manter a condição de maior exportador de manga e uva do país representa para a região do Vale do São Francisco, onde estão inseridos os municípios do entorno do reservatório, um grande desafio, considerados os altos investimentos do setor de fruticultura irrigada aliados aos altos custos necessários ao envio dos produtos para o exterior. Para agravar a situação, no caminho faltam estradas para passagem dos caminhões carregados de frutas, até o local de embarque. A situação precária das rodovias da região afeta o agricultor que produz em larga escala e exporta, mas também prejudica, e até mais, com as devidas proporções, o pequeno produtor que planta culturas de subsistência e precisa transportar parte de seus produtos para as feiras próximas de onde moram.

Nessa região existe intensa atividade pesqueira, praticada tradicionalmente pelos ribeirinhos de forma comercial ou para subsistência. A estrutura das comunidades de pescadores comerciais é particularmente caracterizada pela relação existente entre essas comunidades e a dinâmica dos recursos pesqueiros que exploram.

Apesar da baixa produtividade, a pesca é ainda a principal fonte de renda das populações ribeirinhas.

A pesca é exercida essencialmente de forma artesanal, sendo importante fonte proteica para as comunidades localizadas ao longo da calha do rio. Além de fonte de alimento, a pesca é uma das principais atividades geradoras de renda da população, onde se estima que a atividade congregue cerca de 30 mil pessoas entre pescadores, familiares diretamente envolvidos e atravessadores (IBGE, 2002). Muitas das comunidades ribeirinhas que dependem da produção e comercialização dos produtos da pesca artesanal, como meio fundamental de renda e alimentação, estão submetidas a situações de pobreza, riscos sociais e ambientais que tendem, no longo prazo, a comprometer o desempenho integral da cadeia produtiva (BARBOSA, 1962).

A produção pesqueira vem sofrendo declínio nas últimas décadas motivado por ações antrópicas como: barramentos, a redução do caudal nas lagoas marginais, o impedimento da migração das espécies rio acima, o desmatamento da vegetação natural e a destruição das matas ciliares, além da poluição proveniente dos esgotos domésticos e de atividades agrícolas.

Talvez como consequência do declínio da atividade, foi registrado que frequentemente a prática da pesca é realizada de forma ambientalmente insustentável com o uso da malha fina e sem assistência técnica adequada.

De acordo com documentação textual sobre a região, observa-se expressiva interação da população ribeirinha com o lago. Fonte de renda e sobrevivência para grande parte da comunidade, o elo com o rio possui os fatores social, cultural e econômico.

A indústria extrativista é inexpressiva na região.

Já a indústria de transformação, gera pouco mais de 230 empregos em 83 unidades existentes na região. Os municípios de Casa Nova e Remanso são os que mais empregam nesse setor, sendo que Remanso é o que dispõem de maior número de unidades.

Por fim, a indústria de geração de energia se destaca apenas no município de Sobradinho, devido à usina hidrelétrica de Sobradinho estar localizada no município.

Em relação ao turismo, esse setor já teve importância econômica em épocas anteriores, a exemplo do município de Casa Nova.

1.2.2. Comentários dos participantes nas oficinas

A respeito dos aspectos econômicos, destacam-se a seguir comentários relevantes que caracterizam, na opinião dos participantes das oficinas, os momentos anteriores à implantação da Usina Sobradinho (*Antes*), os momentos da implantação da UHE (*Durante*) e os momentos atuais (*Depois*).

Sento Se

Antes

- ✓ “A fartura de peixes era grande nas ilhas e lagoas.”
- ✓ “Pesca de tarrafa, com quantidade e diversidade.”

- ✓ “O rio era a base da vida das famílias para tudo, banho, educação empírica, economia.”
- ✓ “Ninguém conhecia veneno, bomba, etc.”
- ✓ “A maior parte das casas era em taipa com cobertura em palha”.
- ✓ “A pesca predominava. A agricultura era nos lameiros“.
- ✓ “Energia: Antes do motor era gás de peixe e ficava até as 22 horas da noite. Todas as luminárias públicas eram em madeira.”
- ✓ “As pessoas viviam em maior estado de cidadania e partilhavam os bens de consumo. A vida era trabalhar na roça, pescar e à noite conversar na praça para contar suas histórias”.
- ✓ “Existiam grandes canoas (vapores), que faziam o transporte de pessoas e cargas, desde Pirapora-MG à Juazeiro”.
- ✓ “O município vivia da plantação de vários gêneros alimentícios”.

Durante

- ✓ “Os lotes dos relocados foram vendidos pelos próprios relocados, surgindo então os grandes proprietários”.
- ✓ “Com as comunidades mais centralizadas veio todo o comércio, que trouxe também os agrotóxicos e acelerou o processo do ‘desenvolvimento’.”
- ✓ “Veio o transporte de carro e barco. Transporte gratuito no rio.”
- ✓ “Chegada da malha 7 acabando com os peixes.”
- ✓ “As pessoas ficaram com suas rotinas e meios de subsistência bastante confusos pela perda de suas roças e gados.”

Depois

- ✓ “Escassez da natureza para trabalhar”.
- ✓ “Há muitos aspectos positivos; mas será que se nós continuássemos lá a tecnologia não teria chegado também?”.
- ✓ “As lagoas desapareceram.”
- ✓ “A quantidade e diversidade de peixe desapareceu”.
- ✓ “Chegou a necessidade da utilização de bomba, veneno, etc. A monocultura atrapalhou a saúde no município com a utilização de agrotóxicos.”
- ✓ “Retiraram o transporte gratuito.”
- ✓ “Uma das coisas negativas era que antes a proximidade de Juazeiro, antes 100 km, era um apoio no setor de comércio e serviços e hoje dista cerca de 200 km. Este fator atrapalhou em diversos aspectos, mas principalmente no econômico. Hoje só tem duas ou três pequenas canoas que fazem o transporte a Remanso.”

Casa Nova*Antes*

- ✓ “Peixe em abundância, movimentação natural, ilhas preservadas.”
- ✓ “Os ribeirinhos respeitavam a natureza, não havia agrotóxico.”
- ✓ “Certeza de trazer peixe que sustentava as famílias.”
- ✓ “Pesca com 100 m de linha.”
- ✓ “Peixe sadio. Um dia de pesca era suficiente para abastecer a família por uma semana.”
- ✓ “Morávamos em casa de taipa, mas tínhamos paz e o que comer.”
- ✓ “Havia mercado de escambo entre o peixe e outros produtos.”

- ✓ “Tinha peixe, abóbora, arroz, feijão.”
- ✓ “Deslocamento de cavalo, jumento e de barco.”
- ✓ “O acesso à água era fácil”.

Durante

- ✓ “Indefinição quanto à área inundada, trazendo constantes prejuízos aos ribeirinhos.”
- ✓ “Perdemos as roças de vazante, mangueiras e mamona.”
- ✓ “Maior impacto ambiental.”

Depois

- ✓ “Difícil sobreviver da pesca.”
- ✓ “5000 m de linha.”
- ✓ “Os pescadores são atacados pelos fazendeiros; não há direito ao acesso ao rio.”
- ✓ “Ficamos distantes do rio.”
- ✓ “O custo de produção aumentou.”
- ✓ “A água vem encanada, mas é de péssima qualidade.”
- ✓ “O peixe é ruim.”
- ✓ “Surgimento de peixes que não existiam aqui, como o tucunaré, tilápia, pescada.”
- ✓ “O pescado vai mais para fora; é mais para vender.”
- ✓ “As terras que temos são péssimas; não dá para plantar, são secas.”
- ✓ “A água está poluída com agrotóxico.”
- ✓ “Melhorou o deslocamento; tem ônibus.”

- ✓ “Acesso a estudo e oportunidade de emprego.”
- ✓ “Há Comunidades na borda do lago que não têm energia. E a barragem não veio para gerar energia?”
- ✓ “As grandes empresas é que se desenvolveram.”

Sobradinho

Antes

- ✓ “Nós tínhamos a nossa terra. Tinha a pesca, a casa de farinha, roça...”
- ✓ “Os barqueiros viviam de fartura, faziam o transporte de Juazeiro até aqui e tiraram o nosso sustento.”
- ✓ “Ajuda mútua, peixe, farinha, batata, cana, caça...”
- ✓ “No final da tarde com a tarrafa pescava o peixe para o sustento: a produção da agricultura levava para Casa Nova e Santana do Sobrado de barco.”
- ✓ “Armava a linha, que dormia no rio; amanhecia, ia para a roça de madrugada; na volta recolhia a linha e fazia o almoço.”

Durante

- ✓ “Perdemos as terras.”
- ✓ “Não tivemos espaço para encostar os barcos.”
- ✓ “A construção da barragem limitou a passagem dos barcos.”
- ✓ “Teve famílias que a indenização não deu nem para o transporte.”
- ✓ “As indenizações não deram para a construção das casas.”

- ✓ “Existia uma cerca chamada ‘cerca da vergonha’ que limitava a área de Sobradinho das pessoas reassentadas.”
- ✓ “Fiquei em uma ilha com o sogro; tirávamos as coisas correndo, porque a água estava chegando.”
- ✓ “No começo as casas eram de cimento, resto da construção.”
- ✓ “O resto de comida era distribuído com os acampados.”
- ✓ “Mudança de atividade: fazer carvão, telha, tijolo; as pessoas vieram para debaixo da lona ou de sacos de resto de cimento.”

Depois

- ✓ “Proibição da pesca: época da piracema, área restrita de segurança, onde estão os peixes.”
- ✓ “Agricultura de sequeiro.”
- ✓ “Os que vieram de longe tiveram uma melhor condição do que os que vieram das comunidades.”
- ✓ “Hoje tem que pescar e vender para poder dar sustento à família.”
- ✓ “A terra que conseguimos foi de luta, não foi pela Chesf; moramos no sequeiro.”
- ✓ “Nós utilizamos a água da lavagem da agricultura, que utiliza agrotóxico.”
- ✓ “Não se tem a certeza de colocar a comida na mesa.”

Remanso

Antes

- ✓ “Cidade pequena.”

- ✓ “Quase sem verduras.”
- ✓ “Pesca e pequena criação de animais.”
- ✓ “Plantação nas vazantes do rio São Francisco e ilhas próximas.”
- ✓ “Polo exportador de peixe.”
- ✓ “Atividade econômica: pecuária (inclusive couro de animais), na caatinga carnaubais (cera de carnaúba, que substituía o plástico), na beira de rio pesca.”
- ✓ “Técnica construtiva das casas (metade em alvenaria e outra metade em adobe).”
- ✓ “Alimentação compartilhada (um ajudava o outro), relação de troca na sexta-feira da paixão.”
- ✓ “As pessoas de maior condição financeira aceitavam o convívio com os mais pobres.”
- ✓ “A figura dos coronéis estava diretamente ligada às terras. Eles eram respeitados por dar emprego e manter muitas famílias.”
- ✓ “Economia muito ligada ao rio, transporte de mercadorias; o vapor e embarcações transportavam alimentos, tecidos, etc.”.

Durante

- ✓ “Acidentes no transporte de pessoas, tratores, obras.”
- ✓ “Casas novas, os primeiros edifícios, demolição e retirada dos materiais da antiga cidade.”
- ✓ “Águas chegando, lágrimas, tristeza; mas alegria por um novo recomeço.”
- ✓ “A obra foi satisfatória, mas a parte humana foi triste. As pessoas foram transferidas sem infraestrutura apropriada.”
- ✓ “Quebra das vizinhanças, alguns não tinham opção de escolher a casa; pessoas evitavam escolher casas próximas da área propícia à inundação.”

- ✓ “No início havia poucas padarias e estrutura de serviços.”
- ✓ “A cidade cresceu rápido em virtude de sua localização estratégica.”
- ✓ “Pessoas de Pilão Arcado preferiram vir para Remanso, contribuindo para o crescimento mais rápido da cidade. Maior possibilidade de investimento em seus negócios.”
- ✓ “Bancos se instalaram com maior rapidez em Remanso.”

Depois

- ✓ “Melhorou a infraestrutura física e os serviços de ensino.”
- ✓ “Melhoria na educação (faculdade) e no comércio.”
- ✓ “Orla com equipamentos, bares, restaurantes, prainha.”
- ✓ “Aumento do poder econômico da cidade.”
- ✓ “A mudança provocou a migração de moradores de outra região, contribuindo com o distanciamento entre as pessoas, mudanças dos valores culturais, amplia a violência.”
- ✓ “Nas quadras 3 e 4 ficaram aqueles de maior poder aquisitivo, vivendo de maneira mais fechada.”
- ✓ “Dificuldade de emprego; a maioria procura sair da cidade.”
- ✓ “O comércio local e a Prefeitura são as maiores fontes de emprego na cidade.”
- ✓ “O vínculo com a administração pública ou comércio inibe a capacidade de exercício da cidadania no que tange a busca por direitos.”
- ✓ “Houve grande perda no turismo; não existe exploração do potencial da cidade.”
- ✓ “Falta de transparência sobre o uso dos recursos públicos.”
- ✓ “Deficiência na infraestrutura, calçamento e esgotamento sanitário.”

Pilão Arcado

Antes

- ✓ “Casa da cidade e casa da ilha (roça); a casa da ilha era geralmente de palha de carnaúba.”
- ✓ “Luz a motor; sem água encanada.”
- ✓ “Policultura; criação de animais para a própria manutenção.”
- ✓ “Proximidade do rio. Identificação do período certo de plantação em função das cheias do rio.”
- ✓ “O transporte era o vapor Barão de Cotegipe, que ia para Remanso e Juazeiro e o barco a remo... Só existiam dois carros na cidade.”
- ✓ “As pessoas viviam mais do seu próprio trabalho.”
- ✓ “No comércio já existia grandes lojas, como exemplo as de tecido.”
- ✓ “O prefeito tinha um maior papel de cidadão; não existia o empreguismo e o assistencialismo de hoje.”
- ✓ “Poucas escolas, porém todos tinham direito; havia grande evasão no período de plantio e colheita nas ilhas; as crianças trabalhavam com as famílias na lavoura.”
- ✓ “A atividade predominante era a agricultura e a pesca (produção de rapadura, frutas, redes); a pesca tinha maior importância para subsistência.”
- ✓ “Armazéns fartos; produção fresca do São Francisco, frutas nativas.”

Durante

- ✓ “A população se chocou com a notícia e foi transferida sem a cidade finalizada; ocuparam tendas provisórias do exército.”

- ✓ “Invasão de pescadores de todo o Brasil em função da alta quantidade de peixes durante o processo de construção da barragem.”
- ✓ “Presença de saqueadores de animais.”
- ✓ “Não se tinha o costume de arar a terra, pois o rio se encarregava disso.”
- ✓ “A indenização foi o período mais doloroso. Havia dois valores de indenizações, um com o material da casa e outro sem o material.”
- ✓ “Assistentes sociais faziam um trabalho autoritário; não dava opção para os moradores que seriam remanejados.”
- ✓ “Houve muita resistência das pessoas saírem da cidade antiga. A CHESF dava o transporte para fazer a mudança. As últimas pessoas que resistiram já se mudaram com auxílio da embarcação. A divisão da cidade foi de acordo com o local de moradia na cidade antiga. Havia uma propaganda de que as pessoas que se mudassem teriam vantagens na agrovila. Havia a opção de receber outra casa, sendo divididas em três modelos diferentes.”
- ✓ “Perda da história e identidade sentida pelos moradores mais antigos, e do meio de produção em torno do rio”.

Depois

- ✓ “Dependência de um emprego.”
- ✓ “Não possuem mais roça, pela falta de chuvas nos novos terrenos doados. Dificuldade na criação de animais.”
- ✓ “Fome em função da seca.”
- ✓ “Monocultura (mandioca) para consumo; com agrotóxico.”
- ✓ “Demora para chegar energia.”

- ✓ “Houve pontos positivos tais como telefonia, estradas, maior acessibilidade para os grandes centros urbanos, televisão, etc.”.
- ✓ “O relacionamento entre as pessoas está muito baseado na rivalidade e competição entre as pessoas.”

Nas oficinas em Itaguaçu da Bahia, Xique-Xique e Barra destacam-se a seguir as percepções dos facilitadores a respeito de opiniões dos participantes das oficinas, em relação aos momentos anteriores à implantação da Usina Sobradinho (*Antes*), aos momentos da implantação da UHE (*Durante*) e aos momentos atuais (*Depois*).

Itaguaçu da Bahia

Antes

- ✓ Vivia-se basicamente da pecuária.
- ✓ A agricultura foi iniciada por intermédio do programa da ‘agricultura verde’ em 1975 (governo de Figueiredo), quando se introduz a agricultura no município.

Durante

- ✓ O principal Rio da cidade é o Rio Verde, que atinge maior número de comunidades e desemboca no Rio São Francisco. Identificam pouca influência de Sobradinho no Rio Verde. O maior problema do assoreamento do Rio Verde foi causado pela barragem do Miroroza, criada para atender com irrigação a projetos de 4 municípios, se estendendo depois para 14, comprometendo o nível da barragem.
- ✓ Participantes da oficina-seminário acharam que muitos vieram para Itaguaçu da Bahia porque não concordavam com as indenizações e locais oferecidos pela Chesf na época.

Depois

- ✓ As principais fontes de renda atual, na manifestação dos participantes da oficina-seminário, são a bolsa família, a aposentadoria, a garantia-safra e o funcionalismo público. Alguns estão sendo empregados na nova indústria – IMBASA, distribuidora de água.
- ✓ Há forte produção pecuária na região, caprinos e bovinos; porém muito afetada com a seca de 2012.
- ✓ Baixa produção na agricultura, principalmente em função da seca, inclusive afetando o Rio Verde. Praticamente não existe projeto de irrigação.
- ✓ A produção local abastece a demanda de carne, porém não tem matadouro. A produção agrícola não atende a necessidade.
- ✓ Irecê é o principal centro de referência.

Xique-Xique*Antes*

- ✓ Alguns participantes da oficina-seminário consideraram importante o resgate da história para fins de documentação.

Durante

- ✓ A enchente (por chuva) se deu por 3 meses na comunidade da Marreca Velha; após esse período as águas baixaram e as famílias começaram a voltar.
- ✓ Algumas famílias das ilhas chegaram a receber indenização da Chesf. Umas voltaram, outras não.
- ✓ O processo de mudança foi difícil para as famílias que foram para a Serra do Ramalho. Outras famílias se acomodaram em Sento Sé e Casa Nova e algumas vieram para

Xique-Xique. Muitos que foram para a Serra do Ramalho tiveram dificuldades pela falta de água. Para os que ficaram está melhor por ter escola para os filhos e outros serviços.

- ✓ Foi criada a "Associação dos ribeirinhos do Lago de Sobradinho", para acompanhar o processo de pagamento da indenização aos remanejados.

Depois

- ✓ As principais fontes de renda são a pesca, agropecuária, comércio, serviço público e aposentadoria.
- ✓ Participante da oficina-seminário disse não ter nada contra a barragem e sim contra as promessas de indenização que não se concretizam.
- ✓ O Município não consegue suprir a demanda de jovens que precisam de trabalho.

Barra

Antes

- ✓ Havia uma maior produção tanto na pesca como na agricultura.
- ✓ Predominância da agricultura (milho, feijão, abóbora, batata, etc.).
- ✓ Comércio de feiras livres, relações de troca de mercadorias.
- ✓ Havia uma produção significativa do artesanato da carnaúba.

Durante

- ✓ Os participantes da oficina-seminário consideraram que a migração das famílias, por causa da construção da barragem, não causou impactos na cidade.
- ✓ O impacto direto da UHE no Rio é sutil e pouco perceptível pela população local.

Depois

- ✓ Economia baseada na pecuária semiextensiva, pesca artesanal e funcionalismo público.
- ✓ As pessoas possuem menor estímulo para o trabalho por influência de políticas compensatórias como o Programa Bolsa Família.
- ✓ Atualmente a produção de verduras disponível para comercialização vem de Irecê e Juazeiro; antigamente o Município comercializava sua própria produção.
- ✓ Existem pessoas de fora vindo explorar o Rio e usando agrotóxico.
- ✓ Não existe problema de terra, pois o custo para adquirir é baixo.
- ✓ Há dois projetos grandes de irrigação, porém são da iniciativa privada.
- ✓ Falta um escritório da EBDA no município.
- ✓ Falta de interesse dos jovens para estudo e trabalho.
- ✓ Barra pode ser considerado um polo do comércio no território; só perde para Ibotirama ou Irecê (a demanda das comunidades e municípios próximos se divide nestas três cidades).
- ✓ Não se fala muito da UHE Sobradinho. Comenta-se mais sobre a construção de uma adutora em Irecê, que vai complementar o sistema de abastecimento da cidade. Estão ouvindo falar agora da Usina de Sobradinho, em função da oficina-seminário.
- ✓ A água que abastece o município vem do Rio Grande. Existe também o Rio Preto que exerce influência no Município, talvez até mais que o Rio São Francisco.
- ✓ Existe uma boa estrutura das estradas estaduais e federais, porém identifica-se dificuldade de acesso às comunidades rurais. Todavia melhorou consideravelmente em relação ao período anterior à Usina.
- ✓ Existe uma associação de apicultores.
- ✓ A caprinovinocultura tem potencial, mas ainda não é expressiva.

- ✓ O abate do gado é feito de forma artesanal, dado que não existe abatedouro.
- ✓ Produção e venda de fruticultura (manga, coco, limão, mangaba, pequi, buriti, caju).
- ✓ Produção de cachaça e rapadura na região dos brejos.
- ✓ Produção reconhecida de artesanato em cerâmica com base na argila do Rio Grande.
- ✓ Não existe um turismo profissional, é mais de divulgação boca-a-boca.

De modo geral, percebe-se que boa parte das observações acima reflete que a construção da UHE Sobradinho não exerceu maior influência nestes três municípios, salvo nas famílias que foram remanejadas para a Serra do Ramalho.

Por outra parte, Agentes Institucionais consultados manifestam opiniões mais favoráveis ao momento atual em Sento Sé, Casa Nova e Sobradinho.

Na avaliação do Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de **Sento Sé**, o Balanço Comparativo de Atividades Econômicas é o seguinte:

Atividades	Atualmente	Antes do remanejamento (1971)	Na implantação da UHE (1982)
Agropecuária	Melhor	Pior	Pior
Indústria	-	-	-
Extrativismo	Melhor	Pior	Pior
Comércio	Melhor	Pior	Pior
Serviços	Melhor	Pior	Pior
Turismo	Melhor	Pior	Pior

Na avaliação de representante da Prefeitura Municipal de **Casa Nova**, o Balanço Comparativo de Atividades Econômicas, atualmente e na implantação da UHE (1982) é o seguinte:

Atividades	Atualmente	Na implantação da UHE (1982)
Agropecuária	Melhor	Pior
Indústria	Melhor	Pior
Extrativismo	Melhor	Pior
Comércio	Melhor	Pior
Serviços	Melhor	Pior
Turismo	Melhor	Pior

Finalmente, na avaliação de representante da Prefeitura Municipal de **Sobradinho**, o Balanço Comparativo de Atividades Econômicas é o seguinte:

Atividades	Atualmente	Antes do remanejamento (1971)	Na implantação da UHE (1982)
Agropecuária	Melhor	Pior	Pior
Indústria	-	-	-
Extrativismo	Pior	Melhor	Melhor
Comércio	Melhor	Pior	Pior
Serviços	Melhor	Pior	Pior
Turismo	Melhor	Pior	Pior

3.2.3. Condição de vida das famílias remanejadas que foram entrevistadas

Os entrevistados consultados avaliaram a sua condição de vida e da sua família, comparando os períodos antes da construção da UHE Sobradinho e atualmente.

Território 1

Na avaliação de 63,3% dos entrevistados consultados, comparando a sua condição de vida e da sua família, antes da construção da UHE Sobradinho e atualmente, é melhor a condição de vida atual.

Quadro 1: Avaliação da Condição de Vida

Nº de famílias em condição de vida melhor			
Antes da construção		Atualmente	
Nº	%	Nº	%
136	36,7	235	63,3

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2012.

Território 2

Do total de 69 famílias, na avaliação de 87,0% dos entrevistados consultados, comparando a sua condição de vida e da sua família, antes da construção da UHE Sobradinho e atualmente, é melhor a condição de vida atual.

Quadro 2: Avaliação da Condição de Vida

Nº de Famílias em Condição de Vida Melhor			
Antes da Construção		Atualmente	
Nº	%	Nº	%
9	13,0	60	87,0

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2012.

Território 3

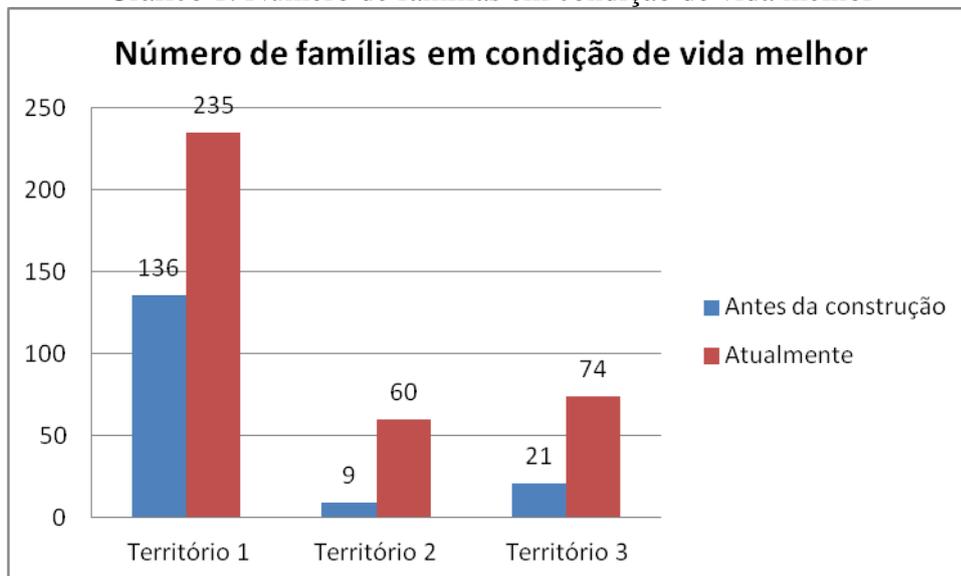
Do total de 95 famílias, na avaliação de 77,9% dos entrevistados consultados, comparando a sua condição de vida e da sua família, antes da construção da UHE Sobradinho e atualmente, é melhor a condição de vida atual.

Quadro 3: Avaliação da Condição de Vida

Nº de famílias em condição de vida melhor			
Antes da construção		Atualmente	
Nº	%	Nº	%
21	22,1	74	77,9

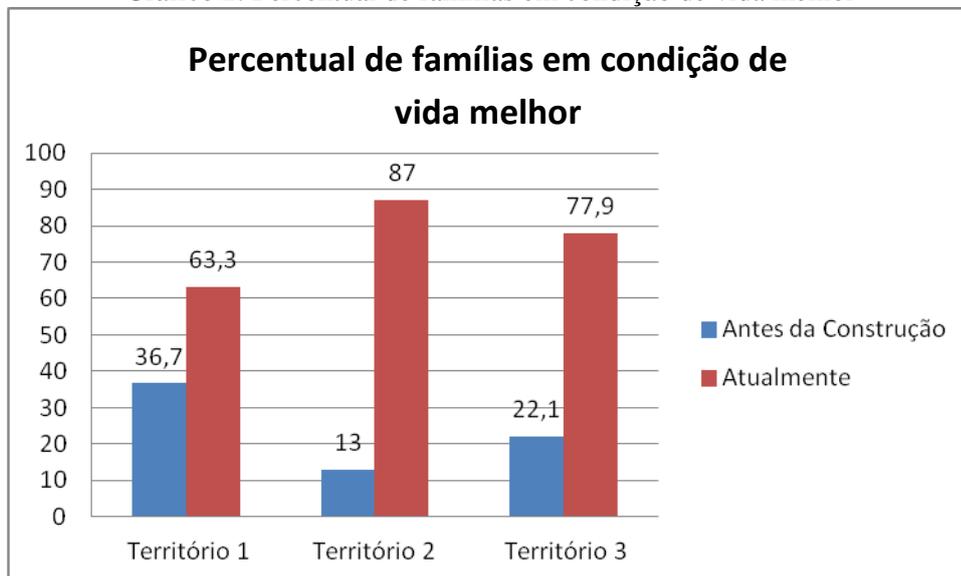
Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2013.

Gráfico 1: Número de famílias em condição de vida melhor



Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2012/2013.

Gráfico 2: Percentual de famílias em condição de vida melhor



Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2012/2013.

1.2.4. Proposições para o desenvolvimento econômico

1.2.4.1. Agricultura irrigada, industrialização e exportação de produtos derivados

Na agricultura irrigada, a partir das águas do Rio São Francisco, se destaca a fruticultura, com produção de manga, uva e coco. Aí se produz uma espécie de uva de mesa sem sementes,

destinada exclusivamente ao mercado externo. Essa uva é produzida de maneira orgânica, ou seja, sem a aplicação de químicas elaboradas artificialmente.

A região do Submédio São Francisco é responsável por 95% de toda a uva produzida na Bahia. Tradicional na produção de uvas de mesa, a região entra na produção de vinhos finos com o polo vinícola de Casa Nova, que produz mais de um milhão de garrafas de vinho por ano (a produção de vinho do Vale do São Francisco é a segunda maior do país).

A região tem um grande diferencial que confere vantagens comparativas e competitivas, pois os produtores estão melhorando cada vez mais suas videiras, com a substituição das parreiras tradicionais pelo cultivo de uvas sem sementes, condição necessária para aumentar ou manter os níveis de exportação. A uva produzida na Bahia tem conquistado espaços significativos no mercado internacional, colocando o Estado em primeiro lugar no ranking das exportações nacionais da fruta (SEAGRI, 2006).

1.2.4.2. Agricultura Orgânica

A agroecologia e a produção orgânica de alimentos, a agregação de valores aos produtos agropecuários através do beneficiamento e/ou transformação industrial e a distribuição e comercialização por canais mais diretos ao consumidor e institucionais, sob gestão dos agricultores, se colocam como alternativas importantes para a viabilização das unidades de produção familiar.

Isto ocorre por serem capazes de aumentar a renda das famílias, por possibilitar o domínio dos meios de produção, apropriação e adaptação de tecnologia, por se basearem na localização descentralizada nas comunidades rurais que são espaços de moradia, por permitir a inclusão de pessoas aos processos de produção/ transformação/ beneficiamento/ classificação dos produtos (o que reduz o custo) e por utilizar mão de obra local, com geração de oportunidades de ocupação.

Em relação ao uso de agrotóxicos nas lavouras, existem pesquisas desenvolvidas pela EMBRAPA Semiárido para produção de cultivos orgânicos de cebola, melancia e melão.

Segundo o Agrônomo Rebert Coelho Correia da EMBRAPA Semiárido, existe um plano de ação para que os produtos orgânicos substituam, gradativamente, os produtos cultivados de forma tradicional, ou seja, com uso elevado de agrotóxicos. Foram dois anos de testes até que os pesquisadores da EMBRAPA chegassem ao manejo orgânico de cebola com aproximadamente 38 toneladas por hectare de bulbos comerciais. A quantidade foi superior à média registrada com os métodos tradicionais de cultivo na região, que é de 20 toneladas por hectare. O resultado demonstra a viabilidade técnica da alternativa e possibilita aos agricultores da região as portas para o mercado de orgânicos (EMBRAPA, 2009).

1.2.4.3. Agricultura Familiar

Para o desenvolvimento da Agricultura Familiar, alguns instrumentos podem ser construídos como referências metodológicas: A rede de agricultores de produtos orgânicos, a rede de agroindústrias familiares de pequeno porte e a rede de comercialização.

Estas redes podem atuar em forma de redes interconectadas e interdependentes, a fim de atingir escala de produção, redução de custos, agregação de valores, racionalizando as funções, rompendo com o isolamento das experiências e da lógica competitiva do mercado tradicional e, assim, construindo novas relações sociais com o mercado que valorizam o ser humano.

Estas referências metodológicas possuem marcos teóricos descritos abaixo:

1 – Ter a agroecologia como um modo de vida e um modelo tecnológico. Este conceito implica em ter a agroecologia como norte teórico e como base para o desenvolvimento sustentável, garantida através da certificação participativa, que é regida por normas próprias.

2 – Ter a agregação de valor dos produtos via processo de transformação artesanal, verticalizando uma ou mais cadeias produtivas sem perder o enfoque sistêmico e a diversificação das propriedades. A agregação de valores implica em trabalhar com diretrizes, como:

- Processo de agregação de valor centrado em micro e pequenas unidades agroindustriais de caráter familiar associativo e/ou cooperativo.

- Modelo descentralizado, com várias micro e pequenas unidades por ramo de atividade localizadas em várias comunidades de vários municípios, o que facilita a operacionalização da matéria-prima.
- Estímulo à cooperação entre os agricultores, com manutenção da diversidade dos agricultores e da produção.
- Produzir majoritariamente a matéria-prima a ser processada na unidade pelos agricultores sujeitos do processo.
- Produção de produtos transformados de origem conhecida, com identidade orgânica e/ou mercado justo.
- Utilização majoritária da mão de obra familiar dos cooperados (quem planeja é o mesmo que executa). Este fator garante o fluxo dos recursos dentro do sistema produtivo.

3 – Ter a comercialização por mercados solidários. Os processos de produção e transformação devem estar descentralizados em pequenas unidades, enquanto que a comercialização procura atender à necessidade de abastecimento, onde o Estado tem a função de orientador e regulador da oferta da produção. Outro pressuposto é a comercialização em canais mais alternativos que não os caracterizados como instrumentos de controle dos agricultores, como cooperativas familiares, feiras, venda direta, institucional, etc.

4 – Ter a descentralização do processo como um princípio, a fim de promover o desenvolvimento regional mais uniforme.

5 – Ter como pressuposto a tecnologia de baixo custo. As práticas agrícolas convencionais, com o cultivo intensivo do solo, a monocultura, a aplicação de fertilizantes sintéticos, a irrigação, o controle de pragas e ervas daninhas, a manipulação de genomas, geram custo social, econômico e ambiental muito grande, além da dependência dos agricultores como sujeitos. A geração e manutenção da tecnologia pelos agricultores geram protagonismo e independência a um custo mais baixo.

1.2.4.4. Exploração de caprinos e ovinos

A exploração de ovinos e caprinos na região é uma opção viável e rentável, não somente para médios e grandes produtores, mas principalmente para pequenos, por ser uma atividade que não exige altos investimentos em infraestrutura, além de apresentar rápido retorno de capital investido. A região tem vocação natural para o pastoreio, em particular para a exploração da caprinovinocultura.

As explorações de caprinos e ovinos no Nordeste são conduzidas de forma ultra extensiva, com alimentação deficiente, manejo e profilaxia inadequados, o que implica em baixa produtividade, baixo nível de desfrute e, conseqüentemente, insatisfatórios resultados econômicos e financeiros. No entanto, com a adoção de tecnologias adequadas e práticas de manejo racionais (alimentação, profilaxia, etc.), aliadas a um programa de melhoramento genético dos plantéis, o produtor poderá colocar no mercado, sem maiores dificuldades, a produção de leite, carne e pele e obter razoável resultado financeiro.

As peles dos caprinos e ovinos tropicais poderiam representar importante fonte de renda para os criadores, porque são consideradas as melhores do mundo. No entanto, as práticas adotadas no sistema de produção predominante na região (manejo inadequado e parasitas) e, principalmente, no abate, processo de retirada da pele (esfola) e pré-processamento, fazem com que essa importante matéria-prima apresente inúmeros defeitos, reduzindo substancialmente o seu valor comercial, com evidentes prejuízos para o produtor.

Neste cenário, a Bahia se destaca como o primeiro Estado em número efetivo de animais, detendo 42,16% destes 90% e a Região Nordeste da Bahia detém aproximadamente 90% dos 42,16% do Estado, posicionando-se, assim, como a região do Brasil que comporta o maior número de caprinos (5,4 milhões de animais). As carnes caprina e ovina (destacadas fontes de proteínas) são das principais consumidas na Bahia, a pele é de excelente qualidade, o leite tem alto valor nutritivo e de mercado e os derivados lácteos tem larga aceitação.

Contudo, estes animais têm sua eficiência questionada quanto à sua taxa de crescimento, rendimento e qualidade da carcaça, embora se saiba, com base nas tabelas de Souza (1999),

Souza Neto (1987) e Kasprzykowski (1982), que é possível assegurar a estes ruminantes uma condição explorável mais racional.

Diversos estudos conduzidos pelas instituições de pesquisa (principalmente a EMBRAPA) e algumas experiências criativas de alguns produtores têm comprovado ser possível elevar acentuadamente o nível de produtividade dos caprinos e ovinos. Mais importante, é que este incremento pode ser conseguido com adoção de práticas simples de alimentação e manejo do rebanho e dos pastos.

1.2.4.5. Áreas de Potencial Turístico ou de Preservação

A criação de áreas turísticas em reservatórios artificiais é de relevante importância para desenvolver as populações ribeirinhas e aumentar a arrecadação dos municípios banhados pelas águas do reservatório.

No Brasil o turismo é praticado amplamente em locais com abundância de água, tais como praias, lagos, rios e estâncias hidrominerais. Dessa forma, as diversas regiões que têm recursos hídricos próprios para balneabilidade desenvolvem um processo de expansão das atividades econômicas ligadas ao setor terciário e à demanda de lazer das populações urbanas.

Conforme destacado no Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial da Usina Hidrelétrica de Sobradinho (BA) - Pacuera, elaborado pela NEOCORP em 2009, “o governo da Bahia por meio da Secretaria de Turismo vai promover encontros e debates com as prefeituras dos municípios que margeiam o rio São Francisco para a delimitação e revitalização de novas rotas turísticas para o estado da Bahia. E está contemplada, no conjunto destas discussões, a criação da Zona de Turismo Lagos do São Francisco”.

A Zona de Turismo Lagos do São Francisco será constituída pelos seguintes municípios: Paulo Afonso, Rodelas, Glória, Santa Brígida, Juazeiro, Sobradinho, Casa Nova, Curaçá, Remanso, Pilão Arcado e Barra. Essa Zona Turística apresenta rica diversidade de atrativos, entre os quais se destacam os monumentos naturais, represas e usinas hidroelétricas, a cultura sertaneja e o polo de fruticultura irrigada e vinicultura, desenvolvido recentemente e já considerado um dos mais importantes do País. A esses atrativos, somam-se características fisiográficas que permitem a prática de diferentes modalidades de esportes radicais (rapel, canyoning, tirolesa,

bungie-jump e base-jump, asa-delta, escaladas e rallies, entre outros), os quais têm gerado um fluxo turístico significativo para a região.

A criação dessas Zonas Turísticas vai ao encontro das maiores tendências verificadas no cenário turístico mundial, constituirão de complementaridades e sinergias às demais modalidades de turismo já praticadas na Região Nordeste. O ecoturismo é apontado como a modalidade com maior crescimento atual e potencial e a interiorização do turismo, que constitui uma estratégia de desenvolvimento.

Os principais atrativos turísticos da área do estudo são destacados nos Relatórios parciais de cada um dos três Territórios considerados.

1.2.5. Algumas medidas necessárias para combater os entraves ao desenvolvimento econômico a serem implementadas pelos gestores das três esferas governamentais

De modo sucinto, elencam-se a seguir algumas das medidas que, se implementadas, facilitarão ao processo de exploração dos vetores de desenvolvimento existentes no Território.

- Promover uma articulação dinâmica da economia com os segmentos da sociedade que têm condições de contribuir com o processo de desenvolvimento local.
- Minimizar a vulnerabilidade da base econômica às calamidades climáticas, pelas ações humanas que protejam o meio ambiente, assim como pela presença de políticas públicas que atendam às demandas sociais.
- Introduzir e incentivar inovação tecnológica na agricultura e na pesca.
- Promover programas de geração de trabalho e renda.
- Combater a existência de atividades predatórias dos recursos naturais: pesca predatória e uso de defensivos agrícolas.
- Adotar medidas de racionalização e gestão do uso dos recursos hídricos de forma que atenda à demanda da população, bem como ao trabalho de educação ambiental.

- Aprimorar a política de segurança alimentar como forma de garantir o mínimo para a sobrevivência da população, com especial atenção às famílias remanejadas.

1.2.6. Sugestões de melhorias manifestadas nas Oficinas-Seminário a serem reivindicadas junto aos gestores governamentais

- “Desenvolver o turismo (ecológico, restaurar o cais, aquífero, serras, ilhas)”.
- “Roteiro turístico integrado com os outros municípios em torno do lago de Sobradinho”.
- “Iniciativa de profissionalização do turismo”.
- “Preservação das serras”.
- “Trazer iniciativa privada”.
- “Investir em capacitação para agricultura e motivação para os jovens permanecerem no campo”.
- “Investir na piscicultura.”
- “Projetos de irrigação para agricultura familiar e autossuficiência na produção agrícola com desenvolvimento sustentável.”
- “Estrutura de beneficiamento da produção de fruticultura”.
- “Administração dos negócios pelos pequenos”.
- “Resolver o problema de energia para comunidades das margens do Rio”.
- “Qualificação da política local, mais voltada ao desenvolvimento”.

1.3. Segmento Sociologia

“Foi ruim, mas melhorou cem por cento”.

Com esta frase enigmática, uma moradora da comunidade da Itapera, distrito do município de Sento Sé, definiu o que representou pra ela ter sido obrigatoriamente remanejada do lugar de onde nasceu para outro lugar. Esta citação, também pode ser considerada a opinião da maioria das famílias remanejadas que foram entrevistadas, ou seja, a temática do "modo de vida" atual aponta sempre para um cenário de perdas e ganhos por parte destas famílias.

É neste contexto de antagonismos que se enquadram os "modos de vida" da maioria daquelas pessoas mais antigas que viveram no período anterior, durante e depois da construção da barragem.

O aspecto das perdas está geralmente relacionado ao apego sentimental que as pessoas tinham pela terra, pelo lugar onde nasceu e onde estão suas raízes. Sentem falta da farta e diversificada produção agrícola que tirava das áreas de vazante no período em que o rio baixava. Têm saudades da facilidade que era manter suas criações com água e pastagem abundante na beira do rio.

Por outro lado faltava escola e atendimento adequado de saúde, o transporte e as vias de acesso para as cidades eram precárias, energia e água encanada só existiam para poucos. Nestes aspectos, a melhora foi realmente de 100%, e tanto os aspectos negativos com os positivos desta mudança implicaram em ressignificações concretas do modo de viver nas cidades banhadas pelo lago artificial de Sobradinho.

Com base nos diversos relatos e análises empregadas em relação aos aspectos sociais e ao modo de vida dos remanejados nos municípios pesquisado, a primeira conclusão a ser feita é de que a reterritorialização desta população culminou no principal aspecto de reconfiguração da identidade dos mesmos. Este processo é resultante de uma profunda antropização política, econômica e social causada pelo empreendimento de construção da UHE, que por sua vez age como fator de composição, decomposição e recomposição contínua do território, ora pesquisado.

Entende-se que a reterritorialização resultou na obrigação que os moradores tiveram em reconstruir suas estratégias de reprodução social, em detrimento da perda de referenciais

espaciais. A quebra de uma estreita ligação com o território os obrigou a adotar um novo ritmo de vida, através do qual não foi possível repetir as condições historicamente formadas com o território em um novo lugar.

Todavia, isso não significa afirmar que todas as famílias de remanejados tiveram, necessariamente, uma repercussão socialmente negativa. Do ponto de vista econômico, por exemplo, percebemos que alguns municípios diretamente "atingidos" reagiram e se integraram de forma mais positiva que outros, ampliando e qualificando serviços públicos, mercados, e as relações sociais com os demais municípios do seu entorno, tornando-se inclusive referências econômicas no Território da barragem de Sobradinho, como é caso de Casa Nova e em menor grau os municípios de Remanso.

Não obstante, outros municípios não tiveram a mesma ascensão econômica e social, merecendo assim um olhar mais cauteloso em relação a variáveis que contribuíram para um possível subdesenvolvimento que muitas vezes é diretamente atribuído ao processo de construção da UHE. É óbvio que o alagamento do território e o deslocamento populacional teve suas implicações no desenvolvimento local, todavia cabe entender aqui que são diversos e complexos os fatores que contribuem para esse processo, não sendo possível elencar somente a construção da barragem, como único e responsável pela atual reconfiguração do território.

Alguns autores defendem que o lugar não é estático, assim como a cultura. O desafio é saber reconstruir novas relações, apropriações e usos no novo lugar. Necessário identificar de que maneira os remanejados estão mantendo o elo com o seu mundo simbólico, mantendo sua identidade territorial com base na resignificação da vida na nova cidade. Identificou-se que o fato de manter o mesmo nome da cidade e das escolas, de tentar organizar as moradias sem alterar as relações de vizinhança entre as famílias, contribui para manutenção deste vínculo identitário com o lugar de origem.

Outro aspecto conclusivo deste estudo, estaria relacionado a baixa e passiva participação da população afetada pelo remanejamento em relação ao processo de planejamento definição das estratégias de implantação da UHE de Sobradinho. Percebe-se que a condição de detentores plenos do poder, vivida pelas famílias tradicionais da época, aliado ao contexto de segregação social que excluía os mais pobres do processo de participação das decisões políticas locais e regionais, fez com que poucas cidadãos pudessem opinar em relação as estratégias de remoção

da população pela CHESF. Não deixando de lembrar que vivia-se um contexto político de governo militar. Uma sugestão de reparação direta a este mal, seria ampliar as formas de participação social, por intermédio de suas representações legítimas, em relação a construção e implementação de futuras intervenções públicas voltadas ao desenvolvimento da população remanejada.

Sendo assim, entendendo que o ideal seria que as condições de deslocamento fossem definidas antes do início da obra, entre as empresas estatais de geração de energia e as populações a serem removidas, seria pertinente defender uma proposta de consulta pública e a escuta dos setores organizados da sociedade em relação aos projetos que estão na pauta dos órgãos públicos, voltados para a melhoria das condições de vida daqueles que outrora sofreram as perdas irreparáveis da desterritorialização.

Ainda no campo das proposições, só que com enfoque mais analítico, sugere-se a elaboração de um estudo comparativo entre municípios do São Francisco que sofreram intervenção direta da UHE de Sobradinho e aqueles que possuíam condições similares e não foram diretamente atingidos. Este estudo poderia ajudar a qualificar o entendimento sobre a dimensão do desenvolvimento ou subdesenvolvimento que a construção da Usina trouxe para os municípios diretamente afetados. Outra opção interessante seria comparar as consequências da construção da barragem de sobradinho em relação a outras barragens do país, a exemplo do trabalho realizado pela pesquisadora Lygia Sigaud (1986), que fez esta comparação com a barragem de Machadinho em Santa Catarina. Propõe-se então, que o relatório final deste estudo, sirva como subsídio para que os órgãos de controle possam comparar com outros diagnósticos e relatórios elaborados sobre regiões que também passaram por processos similares aos de Sobradinho.

Outro ponto conclusivo versa sobre a diversidade do público que foi diretamente afetado pelo processo de desterritorialização, entendo este conceito com algo que extrapola a noção de remanejamento ou reassentamentos, uma vez que incluí as categorias de migrantes, do público oriundo do êxodo rural, dos quilombolas e indígenas que não possuem a posse do território que lhes é de direito, etc.

Neste sentido, independente de serem **migrantes, quilombolas** sem território regularizado **ou remanejados**, todos foram afetados por consequência da criação da barragem de Sobradinho **se tornaram-se endividados sociais deste processo**. Todavia entende-se que deverá haver níveis

diferenciados de responsabilização da CHESF e dos demais órgãos estatais para com estas categorias, pois o Estado não poderia garantir às famílias que optaram por migrar para outras áreas as mesmas condições oferecidas às famílias remanejadas para áreas de seu domínio, ou para quilombolas que buscam a regularização fundiária em uma instância jurídica específica. No entanto, não seria objetivo deste estudo definir os termos dessa responsabilidade, mas sim deixar esta situação clara para quem tiver acesso ao relatório.

Seguindo esta linha de raciocínio, considera-se que o fato de ser uma família de quilombolas, migrantes ou de remanejados para uma área “assistida / tutelada” pela CHESF também pode, em alguns casos, implicar em padrões diferenciados de mudança social, causados em função da condição em que se deu a mudança da família. Um exemplo clássico desta afirmação reside na história de vida do Sr. Barrinha, um dos expertos entrevistados na pesquisa, que demonstrou o quanto fez diferença em sua vida o fato de ter migrado para Xique-Xique e continuado como sendo um ribeirão do Rio São Francisco, ao invés de ter sido remanejado para uma agrovila construída pela CHESF, no seu município de origem, longe da margem do rio.

Embora seja possível identificar situações opostas, nas quais os ribeirinhos que foram remanejados estejam em situação mais favorável do que os migrantes, o fato é que estas duas modalidades de deslocamentos implicam em diferentes estratégias de sobrevivência, influenciando assim diretamente nos estilos e "modos de vida" destas populações.

Outra importante conclusão analítica deste estudo, implica em deixar claro que **existem três categorias básicas de diferenciação entre os municípios** do entorno da barragem, as quais precisam ser consideradas pelos órgãos que almejam implementar alguma ação de reparação perante a população atingida em função do empreendimento da UHE de Sobradinho. Estas categorias são: a) **municípios que foram diretamente inundados** pela barragem (Sento Sé, Casa Nova, Remanso e Pilão Arcado); b) **municípios que não sofreram um alagamento significativo** (Barra e Xique-Xique); c) **municípios novos**, que foram criados após a construção da UHE de Sobradinho (Itaguaçu da Bahia e Sobradinho).

Com relação a primeira categoria percebe-se que a construção da barragem teve uma repercussão mais significativa. Algumas "feridas permanecem abertas", enquanto outras cicatrizaram mas deixaram marcas permanentes na história de vida destes municípios. A impressão final é de que a maioria da população local ainda não possui uma noção exata da

dimensão da mudança social, política, econômica e ambiental que foi causada pelo empreendimento da UHE de Sobradinho nestes municípios, nem tão pouco conseguem chegar a um consenso sobre os prós e contra desta mudança.

Na segunda categoria, referente aos municípios não alagados, as consequências oriundas da construção do lago de Sobradinho é sutil e praticamente imperceptível para maioria da população local. Embora segundo depoimento obtido pela pesquisa, o Senhor Anderson Teixeira do Nascimento, atual Secretário Municipal de Meio-Ambiente do Município de Barra, biólogo e estudioso sobre o tema, afirme que houve mudanças consideráveis tais como: redução da correnteza do Rio; alteração da disposição de sedimentos em sua calha; e mudanças em relação ao regime de chuvas, causados pelo processo de evapotranspiração ocorrido no lago que foi criado.

Para terceira categoria, podemos afirmar que o município de Sobradinho deve sua existência a construção da Usina Hidrelétrica. Todavia, o contexto de seu surgimento está inserido na mesma política de apropriação, por parte do Estado, de um território que pertencia a outros municípios e pessoas. Portanto, a criação do município e a ótima administração da CHESF nos seus primeiros anos de fundação, não exime o Estado da responsabilização perante as famílias rurais que habitavam a área onde atualmente se encontra os municípios e a própria barragem. Logicamente que a dimensão deste passivo é muito inferior se comparado com os municípios que foram completamente inundados. Já em relação ao município de Itaguaçu da Bahia, também incluído nesta terceira categoria, pode-se afirmar que seria aquele de menor relação com o empreendimento de Sobradinho.

Por fim, caberia destacar que independentemente da categoria em que o município se encontre, sugere-se que procurar **estabelecer um debate desmistificador e transparente sobre este tema com a população local**, poderia constituir-se em uma atitude de grande responsabilidade social, a ser promovida pelos órgãos de controle e/ou responsáveis pela gestão da barragem de Sobradinho. Os resultados deste debate poderia contribuir para uma melhor definição de papéis e responsabilidades compartilhadas entre a população, prefeituras, Estado e CHESF, que viessem promover a resolução de impasses e encaminhamentos articulados e legitimados em prol de desenvolvimento sustentável destes municípios.

1.3.1. Proposições do Segmento Sociológico

Com base no que foi apreendido neste relatório, seria possível apresentar algumas proposições de ações concretas e de caráter prático, que estariam voltadas a superação de parte dos desafios que ora se apresenta aos municípios pesquisados, bem como poderiam indicar alguns caminhos capazes de contribuir com um processo de desenvolvimento mais sustentável e acessível para todos os segmentos sociais em questão. Neste sentido apresentam-se as seguintes proposições para os gestores públicos e organizações civis dos municípios:

- Buscar implantar alternativas de produção agrícola que sejam ambientalmente mais sustentáveis, principalmente em relação ao atual modelo de agricultura irrigada e do monocultivo das culturas de vazante, tais como a cebola e melancia;
- Adoção de práticas de convivência com o Semiárido, a exemplo das estratégias desenvolvidas pelo coletivo das organizações que compõem a ASA (Articulação do Semiárido), articulada com o fortalecimento do acesso à políticas públicas estruturadas, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos / PAA, o microcrédito rural, o Seguro Garantia-Safra, dentre outras políticas importantes para garantia da segurança alimentar e geração de renda no meio rural;
- Que sejam tomadas medidas urgentes e enérgicas em relação a diminuição do uso de agrotóxicos, a exemplo do projeto que foi iniciado pela EMBRAPA no município de Sobradinho, que tratava sobre a destinação correta das embalagens de agrotóxico, prevenindo contra a poluição do lago e rios;
- Fortalecimento da atividade de caprinovinocultura, estimulando o cooperativismo e a comercialização organizada, através de atividades de formação continuada dos indivíduos que desenvolvem esta atividade, podendo ser estabelecido parcerias com instituições como o SENAR, EMBRAPA, UNIVASF, dentre outras;
- Apoiar projetos de pesquisa e transferência de tecnologia, voltados a inserção social do público das comunidades tradicionais, assentamentos da reforma agrária, e das próprias comunidades urbanas atualmente desassistidas;

- Rever a ação do Programa Luz Para Todos, buscando ampliar a capacidade de fornecimento de energia elétrica trifásica para zona rural (além da energia solar), melhorando a qualidade de vida da população e facilitando o acesso a outras políticas produtivas que dependem de uma boa qualidade dos serviços de energia elétrica, tais como projetos de irrigação, produção de forragem animal, etc.;
- Promover um efetivo controle social, reordenamento, e monitoramento do uso e ocupação indevida das margens do lago de Sobradinho, reduzindo assim a possibilidade de acontecer futuros conflitos entre a população excluída do direito de uso destas áreas e aqueles que as ocuparam ilicitamente.
- Promover o investimento em capacitação voltada a agricultura sustentável, de base agroecológica, buscando diversificar e agregar valor aos atuais sistemas de produção, bem como incentivar ao aproveitamento racional da produção de frutas dos municípios, através do beneficiamento da produção.
- Criar iniciativas de fortalecimento institucional das organizações sociais e associativas do município, buscando assim promover a motivação para que os jovens permaneçam no campo e procurem entender a importância da renovação das lideranças em suas comunidades;
- Na saúde, além da necessidade óbvia de melhoria do sistema como um todo, identificou-se a importância do trabalho que os agentes comunitário de saúde desenvolve nos municípios, principalmente na zona rural. Todavia, são profissionais mal remuneradas e que trabalham com um precária estrutura de apoio logístico. Neste sentido defende-se a proposição de melhoria de salários e estrutura de trabalho para os agentes comunitários de saúde;
- Na área de educação seria redundante falar sobre a necessidade de melhoria da estrutura física e qualidade do ensino. Não obstante, existe alguma ações simples, que poderiam ser implantadas com baixo custo pelo próprios municípios e parceiros mais próximos. Uma desta ações poderia ser a qualificação da matriz curricular de ensino para as populações rurais e ribeirinhas, na medida em que pudesse ser incorporado temas e matérias voltadas para o desenvolvimento específico para estas áreas;

- Com relação ao turismo, urge a necessidade de profissionalização desta área e criação de uma política sustentável para gerir o patrimônio ecológico e potencial turístico destes municípios, formado por dunas, balneários, brejos, pela cultura do artesanato, manifestações folclóricas, do sincretismo religioso, e diversas outras opções de lazer existente no municípios que vem sendo subutilizadas;

Estruturar um política territorial e municipal de tratamento de resíduos sólidos. Não existe aterro sanitário, e o lixão tem se tornado uma péssima alternativa de descarte dos resíduos produzidos. Incluir nesta proposta a construção de sistemas adequados de saneamento básico, uma vez que praticamente toda água servida dos municípios vem sendo despejada no lago ou nos rios.

1.4. Segmento Pesca

É fato que houve alteração nos moldes de vida da população residente nos municípios ribeirinhos do Reservatório de Sobradinho. No que concerne ao segmento pesca, a partir das informações coletadas, dos instrumentos de investigação utilizados e da análise da situação atual identificada nos 8 municípios objeto do trabalho, não se pode afirmar o que é consequência direta e única do barramento. São diversos fatores, inclusive o barramento, que corroboram com a situação atual da atividade da pesca na região.

Desta forma, como conclusão, será apresentado a partir da situação identificada, os pontos positivos e negativos identificados e proposições que venham potencializar os pontos positivos e mitigar ou compensar os pontos negativos.

Pontos positivos observados:

- Existência de infraestrutura de apoio a pesca como fábricas de gelo, unidades de conservação, beneficiamento e transporte em todas as sedes municipais, com exceção do município de Itaguaçu da Bahia, porque a atividade da pesca não é representativa, e Sento Sé.

- Existência de centros de ensino, pesquisa, extensão e fomento a atividade de pesca e piscicultura nos municípios de Barra, Xique-Xique, Casa Nova e Remanso.
- Iniciativas de processamento, beneficiamento e comercialização do pescado por parte de pescadores/piscicultores dos municípios de Barra, Casa Nova e Remanso.
- Apoio de agentes institucionais à iniciativa de criação e processamento de peixes em Barra, Casa Nova e Remanso.
- Mercado de peixe bem estabelecido, com exceção do município de Itaguaçu da Bahia, porque a atividade da pesca não é representativa.
- Existência do comércio de petrechos de pesca em todos municípios.
- Inserção do pescado na merenda escolar do município de Barra e Remanso, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.
- Comercialização em Remanso de subprodutos do pescado através do Programa de Aquisição de Alimento – PAA da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.
- Poder municipal de Barra assumindo a responsabilidade da fiscalização da pesca no período de defeso com o auxílio da Polícia Militar.
- Potencial natural para reprodução de peixes e manutenção de formas jovens, proveniente das diversas lagoas existentes na microrregião.
- Potencial natural existente para o desenvolvimento da piscicultura em viveiros de terra.
- Existência de infraestrutura de construção de barcos e manutenção em Pilão Arcado e Remanso.

Pontos negativos observados:

- Acesso aos principais pontos de desembarque de pescado.
- Prática da pesca ilegal utilizando malha miúda (<140mm), arrastão e rede “encapada”.

- Realização da pesca durante o período de defeso.
- Má gestão o por parte dos pescadores dos recursos financeiros gerados pelo seu trabalho, criando um vínculo de dependência financeira com o atravessador.
- Poucas iniciativas identificadas de criação de peixes em cativeiro.
- Assoreamento da calha do rio.
- Ausência do IBAMA. Foi relatado que de outubro, início do defeso, até o último dia desta pesquisa, a instituição não realizou nenhuma vistoria em Xique-Xique, considerado um dos maiores portos de desembarque de pescado do Rio São Francisco.
- Deficiência no sistema de esgotamento sanitário.
- Ausência da fiscalização da vigilância sanitária nos estabelecimentos de comercialização deixando a desejar a sanidade do pescado e do ambiente.
- Ausência de levantamentos estatísticos para a pesca no Reservatório de Sobradinho.
- Insuficiência de assistência técnica para os pescadores e piscicultores.
- Dificuldade em lidar com os instrumentos de licenciamento da atividade de piscicultura e processamento do pescado.
- Ausência de articulação entre os órgãos de representação dos piscicultores e pescadores; instituições de ensino, pesquisa e extensão; instituições de fomento e assistência técnica; e, poder municipal, no que concerne ao desenvolvimento da atividade de pesca, da piscicultura e a preservação do Rio São Francisco.
- Existência de cercas embaixo d'água danificando os petrechos de pesca.
- Proibição do acesso as ilhas.
- Inexistência do SIF nos estabelecimentos que revendem e transportam o pescado para fora do estado da Bahia.

Como proposição aos pontos positivos e negativos observados seguem:

- Sento Sé é um município produtor de pescado, boa parte da sua produção é escoada através de barco para a comunidade de Passagem em Pilão Arcado, do outro lado do reservatório, distante 68 km, ou para Remanso, também do outro lado do reservatório, distante 21 km. Este fato deve-se ao acesso, partindo de Sobradinho, município mais próximo com acesso rodoviário, são aproximadamente 100 km de estrada de barro, que encarece o preço do produto e diminui a rentabilidade do pescador. Desta forma, a construção de uma estrada pavimentada viria a reduzir estes custos, não só do produto pescado, mais de todos os outros produtos e serviços existentes no município de Sento Sé.
- Ampliação das ações dos centros de ensino, pesquisa, extensão e fomento a atividade de pesca e piscicultura para os municípios de Sento Sé, Itaguaçu da Bahia, Sobradinho e Pilão Arcado.
- Apoiar, capacitar e ampliar através da assistência técnica as iniciativas de processamento, beneficiamento e comercialização do pescado nos 8 municípios.
- Incentivo ao consumo de pescado, principalmente no município de Itaguaçu da Bahia.
- Ampliar a aquisição de subprodutos do pescado através do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para os municípios de Pilão Arcado, Xique-Xique, Sento Sé, Itaguaçu da Bahia, Sobradinho e Casa Nova.
- Divulgar e orientar através das instituições de assistência técnica ou social, os grupos produtores de peixes a acessar o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, CONAB.
- Monitoramento limnológico periódico do reservatório; monitoramento da ictiofauna e da dinâmica populacional.
- Envolver os municípios numa força tarefa conjunta com o IBAMA e a Vigilância Sanitária nos principais portos de desembarque de pescado, inibindo a pesca de indivíduos abaixo do tamanho mínimo permitido, fiscalizando a sanidade dos pontos de recepção do pescado, realizando a coleta de informações para estatística pesqueira e inibindo a pesca durante o período de defeso.

- Identificação e estudo das lagoas como potencial regenerativo da ictiofauna do São Francisco.
- Programa integrado de desenvolvimento da piscicultura, envolvendo todos os entes municipais, estaduais e federais que possuem interface e desenvolvem algum tipo de ação nos municípios objeto do trabalho. Reavaliando os programas da EMBRAPA, CODEVASF e BAHIA PESCA de incentivo a aquicultura em Tanques rede e viveiros em terra, tendo como referência os erros e acertos das experiências já em andamento em todo o São Francisco.
- Implantar um programa junto com a Vigilância Sanitária para adequação dos estabelecimentos que trabalham com pescado, visando sua regularização e comércio entre municípios e estados.
- Reavaliação dos instrumentos de licenciamento ambiental, desburocratizando-os e tornando o processo mais acessível para os pequenos produtores e pescadores.
- Aumento no quadro de funcionários das instituições públicas que prestam assistência técnica.

2. BIBLIOGRAFIA

A Baía e o Rio São Francisco. Documentos históricos sobre a comarca de São Francisco, Recife, 1951.

ALMANAQUE, Vale do São Francisco. 1 ed., Codevasf. Petrolina - PE, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de - *Tradição e Mudança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

ARAÚJO, José Theodomiro de. **O velho Chico uma paixão: Uma coletânea de Trabalho sobre o Rio São Francisco.** Chesf, 2003.

BOMFIM, Juarez Duarte. **Movimentos Sociais de Trabalhadores no Rio São Francisco.** In: Scripta Nova, Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales. N 45 (30), 01 Agosto 1999.

BARBOSA, J.M.; LIMA, H.C. SILVA JÚNIOR, E.J.; MOTA, A.D.S.; MENDONÇA, I.T.; SILVA FILHO, E.J., Beneficiamento e Comercialização do Pescado na Região de

BARBOSA, J.M.; LIMA, H.C. SILVA JÚNIOR, E.J.; MOTA, A.D.S.; MENDONÇA, I.T.; SILVA FILHO, E.J., Beneficiamento e Comercialização do Pescado na Região de Itapissuma, Pernambuco. Departamento de Pesca e Aqüicultura, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Revista Brasileira de Engenharia de Pesca Pesca, jan. 2007. Disponível in: <http://ppg.revistas.uema.br/index.php/REPESCA/article/viewFile/32/27>, Acessado in: 09 de julho de 2012.

BRASIL – Ministério da Pesca e Aquicultura – Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura 2010. Brasília, 2012.

BRASIL, Portaria nº 92, de 6 de novembro de 1995. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/documentos-recursos-pesqueiros/legislacao>>. Acessado em 25 de junho de 2012.

BRASIL, Presidência da República, Ministério da Pesca e Aquicultura. Incentivo a Comercialização. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=381&Itemid=755> . Acessado em: 05 de julho de 2012.

BRASIL, Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente. Censo Estrutural da Pesca 2006. Brasília (DF): abril de 2007. Disponível em: < <http://www.ibama.gov.br/documentos-recursos-pesqueiros/documentos-tecnicos-recursos-pesqueiros>>. Acessado em: 05 de julho de 2012.

BRASIL, Presidência da República, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Projeto Político Estrutural. Brasília (DF): julho de 2003.

CALLOU, A.B. F., **A VOZ DO MAR – Construção Simbólica da Realidade dos Pescadores Brasileiros pela Missão do Cruzador “José Bonifácio”** (1919-1924). Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUKE SANTOS, Maria Salett; BERGONSI, Sandra Suely Soares; MC INTYRE, Jimmy Peixe. O cooperativismo pesqueiro no Brasil e as linhas de

financiamento: uma estratégia de desenvolvimento local. In: CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUKE SANTOS, Maria Salett, (org.). *Associativismo e Desenvolvimento Local*. Recife, PE: Bagaço, 2006, p. 111-126.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUKE SANTOS, Maria Salett; BERGONSI, Sandra Suely Soares; MC INTYRE, Jimmy Peixe. **O cooperativismo pesqueiro no Brasil e as linhas de financiamento: uma estratégia de desenvolvimento local**. In: CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUKE SANTOS, Maria Salett, (org.). *Associativismo e Desenvolvimento Local*. Recife, PE: Bagaço, 2006, p. 111-126.

CHESF - *Reservatório de Sobradinho. Reassentamento de Populações: Dados e Informações*. Biblioteca Municipal de Sobradinho: Sobradinho, 2008.

CHESF - *Sobradinho: novos horizontes para o sertanejo*. Revista Veja. São Paulo, Número 637, Páginas 112-113, 30 de junho 1982.

CHESF, *Especificações Técnicas DEMG Nº 009/2010*, Setembro 2010.

CHESF, Informações Sobre Comunidades Remanescentes de Quilombo e Populações Tradicionais no Entorno do Reservatório de Sobradinho. Relatório Técnico, 2007.

CODEVASF, 2010. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/programas_acoes/desenvolvimento-territorial/recursos-pesqueiros-e-aqueicultura/>. Acessado em: 05 de julho de 2012.

CODEVASF, 2012. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/programas_acoes/desenvolvimento-territorial/arranjo-produtivo-de-aqueicultura-do-lago-de-sobradinho/>. Acessado em: 04 de julho de 2012.

COELHO, Marco Antônio T. **Os descaminhos do São Francisco**. São Paulo: Paz e Terra. 2005..

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS - *Barragens e Desenvolvimento: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões*. Relatório da Comissão Mundial de Barragens. Londres, 2000.

Convenção 169 da OIT - Organização Internacional do Trabalho, 1989.

COSTA, B.D.F., 2004, Caracterização ambiental e dimensionamento da capacidade de aproveitamento do Reservatório de Sobradinho para a instalação de tanques-rede., Universidade Federal Rural de Pernambuco, Tese de Doutorado, Recife-PE, 2004, p. 64

COSTA, Martins Ana Luiza Borralho. **Uma retirada insólita – A representação camponesa sobre a formação do Lago de Sobradinho**. Dissertação de Mestrado, Museu Nacional, Rio de Janeiro:1989, edição mimeografiada.

DAOU, Ana Maria Lima - *Políticas de Estado e organização social: a barragem de Sobradinho*. Dissertação de mestrado defendida no PPGAS/ UFRJ, 1988.

DOURADO, Walter. **Pequena História da Navegação no Rio São Francisco**. 2 ed., 1973.

DUQUÉ, Ghislaine - *A experiência de Sobradinho: Problemas fundiários e colocados pelas grandes barragens*. Cadernos do CEAS, n° 91. Salvador, maio/junho de 1984.

EDCARLOS MENDES e GUIOMAR GERMANI, *Desterritorialização sob as Águas de Sobradinho: Ganhos e Desenganos*, RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador – BA, Dezembro de 2010.

ESTRELA, Ely Souza. **Um caso de deslocamento compulsório: Projeto de Colonização Serra do Ramalho**. (Pós Graduação em História Social) Universidade de São Paulo. 2004.

ESTRELA, Raimundo. **Pau-de-Colher: um pequeno Canudos – Conotações Políticas e Ideológicas**. Salvador-BA: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 1998. 278 p.

FADE / UFPE - *Usina Hidroelétrica de Sobradinho – Estudo Ambiental*, Março de 2003.

FADE/UFPE, *Estudo Ambiental - Usina Hidroelétrica de Sobradinho*. Recife 2003

Felicidade e um desengano: experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho-BA. São Paulo: PUC - São Paulo, 2004, 253 p. Tese (Doutorado) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006. 223 p.

GERMANI, Guiomar I. - *Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro*. Revista GeoTextos, vol. 2, n. 2, Salvador: EDUFBA, 2006.

GIDDENS, Anthony. **Em Defesa da Sociologia**. Cambridge, 1996.

GOMES, Gilca da Costa. **A nova morada: a barragem de Sobradinho e o remanejamento da população de Casa Nova – BA**. Petrolina – PE: Universidade de Pernambuco – UPE (Monografia em História).

HAESBAERT, Rogério - *Territórios alternativos*. Niterói, Contexto, 2002.

IBAMA. *Estatística da Pesca 2000 – Brasil: grandes regiões e unidades da Federação*. Brasília, 2001.

IBAMA. *Estatística da Pesca 2003 – Brasil: grandes regiões e unidades da Federação*. Brasília, 2004.

IBAMA. *Estatística da Pesca 2005 – Brasil: grandes regiões e unidades da Federação*. Brasília, 2006.

IBAMA. *Estatística da Pesca 2007 – Brasil: grandes regiões e unidades da Federação*. Brasília, 2008.

IBGE – *Censos Agropecuários de 1995 e 2006*.

IBGE - *Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010*.

IBGE e PNUD - *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*.

Inventário do Conhecimento do Patrimônio Material dos Municípios da Calha do Rio São Francisco - IPHAN, 2011. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1324> Acesso em: 02 mar. 2012.

Itapissuma, Pernambuco. Departamento de Pesca e Aqüicultura, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Revista Brasileira de Engenharia de Pesca Pesca, jan. 2007. Disponível in: <http://ppg.revistas.uema.br/index.php/REPESCA/article/viewFile/32/27>, Acessado in: 09 de julho de 2012.

JUNIOR, C.A.; JUNIOR, A.S.V., Cultivo de tilápia no Brasil: origens e cenário atual. Apresentação Oral. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/9/178.pdf> >. Acessado em: 05 de julho de 2012.

JUNIOR, C.A.; JUNIOR, A.S.V., **Cultivo de tilápia no Brasil: origens e cenário atual.** Apresentação Oral. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/9/178.pdf> >. Acessado em: 05 de julho de 2012.

JÚNIOR, Luiz Antonio Ferraro; BURSZTYN, Marcel. **Tradição e Territorialidade nos fundos de pasto da Bahia: do capital social ao capital político.** Brasília: Anais do IV Encontro Nacional da Anppas, 2008.

KESTERING, Celito. **Índios da área arqueológica de sobradinho – BA.História e-história.** São Paulo, 4 de abril de 2012.

LINS RIBEIRO, Gustavo - *Proyectos de gran escala: hacia un marco conceptual para el análisis de una forma de producción temporaria.* Tese de Mestrado em Antropologia. Universidade de Brasília. 1985.

LOPES, Esmeraldo. **OPARA: Formação Histórica e Social do Submédio São Francisco.** Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997.

MARTIN< Gabriela. O Homem do São Francisco. In ; **O Rio São Francisco – A natureza e o homem**,50 anos da CHESF. Salvador:1998.

MENDES, Edecarlos da. **Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: Ganhos e Desenganos.** / Edecarlos Mendes da Silva. _Salvador, 2010.

NEOCORP LTDA, Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial da Usina Hidroelétrica de Sobradinho. Dezembro de 2009.

NÓBREGA, M. M. S., Compósitos de Matriz Poliéster com Fibras de Caroá *Neoglaziovia variegata*: caracterização mecânica e sorção de água. Tese (Doutorado em Engenharia de Processos). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2007.

NÓBREGA, M. M. S., Compósitos de Matriz Poliéster com Fibras de Caroá *Neoglaziovia variegata*: caracterização mecânica e sorção de água. Tese (Doutorado em Engenharia de Processos). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2007.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org). **Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade**. Rio de Janeiro, FGV/ABA 2002.

OLIVEIRA, L. M. S. R.; SOUZA, J. M., (Des) **Caminhos da Pesca no Sub Médio São Francisco. RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Ano XII, Ed. Esp. Dezembro de 2010, Salvador, BA, p. 86 – 90.

OLIVEIRA, L. M. S. R.; SOUZA, J. M.; CUNHA, A. R. A., **A Pesca Artesanal como Sobrevivência das Populações Tradicionais dos Municípios Sento Sé, Pilão Arcado e Xique-Xique no Estado da Bahia**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Apresentação Oral. 07 a 10 de agosto de 2011.

OLIVEIRA, Manuella Carolina Costa; LIMA, Filipe Augusto Xavier; PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. **Cooperativismo Agrícola: um instrumento de fortalecimento da agricultura familiar? O caso da COPAG**. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE – Brasil. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/761.pdf>>, Acessado em: 29 de junho de 2012.

PLANVASF – PLANO DIRETOR PARA O DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Programa para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura**. Brasília: Planvasf, 1989. 192p.

PNUD. Índice de Desenvolvimento Humano - 2000.
http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_munic%C3%ADpios_da_Bahia_por_IDH-M

ROCHER, Guy. **Introdução a Sociologia Geral: A Ação Social**. Editora Presença, 1989

SANTOS, Milton. **Território e Dinheiro**. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Território, Territórios. Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002.

SEI. Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia. <http://www.sei.ba.gov.br/>

SIGAUD, Lygia. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho**. Rio de Janeiro: Museu Nacional UFRJ, 1986.

SIQUEIRA, Rubem Alfredo de. **Do que as Águas não cobriram: um estudo sobre o movimento dos camponeses atingidos pela barragem de Sobradinho**. João Pessoa: UFPB / Ciências Sociais (Dissertação), 1992.

Um rio de memórias: O Modus Vivendi dos Beraderos Sanfranciscanos Antes da Represa de Sobradinho (BAHIA). Disponível em: www.historiaeperspectivas.com/pdf. Acesso em: 12/12/2011.

Sites Pesquisados

www.aneel.gov.br

www.ba.gov.br/

www.barra.ba.gov.br

www.barra-ba.com.br/index.php
www.casanova.ba.gov.br
www.cimi.org.br
www.culturadopiaui.vilabol.uol.com.br/dancas
www.flogao.com.br/casanova
www.halfeld10anos.com/?p=268
www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=199
www.ibge.gov.br/cidades
www.ibge.gov.br/cidadesat
www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1
www.icmbio.gov.br/cenap
www.ipac.ba.gov.br
www.mabnacional.org.br
www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/12/sobradinho#
www.parlim.blogspot.com.br/2012_06_01_archive.html
www.parlim.blogspot.com.br/search?q=Samba+de+v%e9io
www.pilaoarcado.ba.gov.br/
[www.portalcampoformoso.com.br](http://www.portalcampofормoso.com.br)
www.portaldatransparencia.gov.br
www.pt.wikipedia.org/wiki/Tapioca
www.remanso.ba.gov.br/
www.sentose.ba.gov.br
www.sentose.ba.gov.br/
www.sentosenoticias.com/2011/01/sento-se-lugar-ideal-para-investimentos.html
www.sentosenoticias.com/p/historia-do-municipio-de-sento-se.html#
www.sobradinho.ba.gov.br
www.sobradinho.ba.gov.br/
www.sobradinho.siteonline.com.br/interna.jsp?lnk=42888

www.sobradinhobahia.com/albuns/eclusa-de-sobradinho/

www.sobradinhobahia.com/natureza.html

www.sobradinhonet.blogspot.com/p/hidreletrica.html

www.ub.edu/geocrit/sn-45-30.htm

www.wikipedia.org

www.xiquexique.ba.gov.br/

ANEXOS

Anexo I: Questionário de Entrevista com os Expertos

**MODO DE VIDA ATUAL DAS COMUNIDADES REMANEJADAS DO ENTORNO DO
RESERVATÓRIO DE SOBRADINHO**

ENTREVISTA COM EXPERTOS

Data:

Entrevistador:

IDENTIFICAÇÃO:

Instituição / Entidade / Empresa

Nome do Entrevistado:

Função do Entrevistado na Instituição / Entidade / Empresa

Caráter da Instituição / Entidade / Empresa

CÓDIGO	CARÁTER	CÓDIGO	TIPO DE SERVIÇO	Marcar X
01	GOVERNAMENTAL	1.1	PREFEITURA MUNICIPAL	
		1.2	CÂMARA DE VEREADORES	
		1.3	APOIO À PRODUÇÃO	
		1.4	APOIO À COMERCIALIZAÇÃO	
		1.5	APOIO CREDITÍCIO	
		1.6	MEIO AMBIENTE	
		1.7	CAPACITAÇÃO	
		1.8	SUPORTE JURÍDICO	
		1.9	OUTRO. Qual?	
02	NÃO GOVERNAMENTAL	2.1	APOIO À PRODUÇÃO	
		2.2	APOIO À COMERCIALIZAÇÃO	
		2.3	APOIO CREDITÍCIO	
		2.4	MEIO AMBIENTE	
		2.5	CAPACITAÇÃO	
		2.6	SUPORTE JURÍDICO	
		2.9	OUTRO. Qual?	
03	PRIVADA	3.1	APOIO À PRODUÇÃO	
		3.2	APOIO À COMERCIALIZAÇÃO	
		3.3	APOIO CREDITÍCIO	
		3.4	MEIO AMBIENTE	

		3.5	CAPACITAÇÃO	
		3.6	SUPORTE JURÍDICO	
		3.9	OUTRO. Qual?	
04	DE REPRESENTAÇÃO	4.1	PATRONAL	
		4.2	DE TRABALHADORES RURAIS	
		4.3	SERVIDORES PÚBLICOS	
		4.9	OUTRO. Qual?	

Endereço

Logradouro:			
Bairro:	Município	UF	
Fone:	Fax:		
Site: www.			
E. Mail:		Celular:	

Área de atuação da Instituição / Entidade / Empresa

- Municipal: Município de Barra
- Municipal: Município de Casa Nova
- Municipal: Município de Itaguaçu da Bahia
- Municipal: Município de Pilão Arcado
- Municipal: Município de Remanso
- Municipal: Município de Sento Sé
- Municipal: Município de Sobradinho
- Municipal: Município de Xique-Xique

- Na região como um todo Estadual Nacional

OBSERVAÇÕES INICIAIS

ROTEIRO DE PERGUNTAS

1. Recuperando o passado da UHE Sobradinho, qual foi a relevância, na ocasião, da sua Implantação?

2. Qual é o papel da UHE Sobradinho na atualidade?

3. De modo geral, a UHE Sobradinho provocou impactos no seu entorno? Se sim, quais e por quê?

4. Atualmente ainda esses impactos são constatados? Se não, que medidas mitigadoras e compensatórias foram realizadas? Se sim, que medidas mitigadoras e compensatórias devem ser providenciadas?

5. Que elementos da história do povoamento do sertão e da dinâmica demográfica na região associada à UHE Sobradinho podem ser destacados?

6. Como evoluiu a economia da região a partir da implantação da UHE Sobradinho? Em que aspectos concretos a estrutura produtiva e de serviços sofreu alterações?

7. Na sua opinião, quais são os vetores de desenvolvimento mais relevantes na região do entorno da UHE Sobradinho? Como dinamizar esses vetores?

8. Como avalia a organização social das Comunidades no entorno do Reservatório?

9. Como avalia as relações de convivência das Comunidades com a natureza e os recursos ambientais?

10. Como avalia os serviços públicos, a infraestrutura disponibilizada e a gestão pública dos municípios?

11. Que fontes de informação recomenda a respeito dos assuntos tratados nas questões anteriores?

12. Outros Comentários

MUITO OBRIGADO!

Anexo II: Questionário de Agentes Institucionais

**MODO DE VIDA ATUAL DAS COMUNIDADES REMANEJADAS DO ENTORNO DO
RESERVATÓRIO DE SOBRADINHO**

QUESTIONÁRIO DE AGENTES INSTITUCIONAIS

Data:

Entrevistador:

IDENTIFICAÇÃO:

Instituição / Entidade / Empresa

Nome do Entrevistado:

Função do Entrevistado na Instituição / Entidade / Empresa

Caráter da Instituição / Entidade / Empresa

CÓDIGO	CARÁTER	CÓDIGO	TIPO DE SERVIÇO	Marcar X
01	GOVERNAMENTAL	1.1	PREFEITURA MUNICIPAL	
		1.2	CÂMARA DE VEREADORES	
		1.3	APOIO À PRODUÇÃO	
		1.4	APOIO À COMERCIALIZAÇÃO	
		1.5	APOIO CREDITÍCIO	
		1.6	MEIO AMBIENTE	
		1.7	CAPACITAÇÃO	
		1.8	SUPORTE JURÍDICO	
		1.9	OUTRO, Qual?	
02	NÃO GOVERNAMENTAL	2.1	APOIO À PRODUÇÃO	
		2.2	APOIO À COMERCIALIZAÇÃO	
		2.3	APOIO CREDITÍCIO	
		2.4	MEIO AMBIENTE	
		2.5	CAPACITAÇÃO	
		2.6	SUPORTE JURÍDICO	
		2.9	OUTRO, Qual?	
03	PRIVADA	3.1	APOIO À PRODUÇÃO	
		3.2	APOIO À COMERCIALIZAÇÃO	
		3.3	APOIO CREDITÍCIO	
		3.4	MEIO AMBIENTE	

		3.5	CAPACITAÇÃO	
		3.6	SUPORTE JURÍDICO	
		3.9	OUTRO. Qual?	
04	DE REPRESENTAÇÃO	4.1	PATRONAL	
		4.2	DE TRABALHADORES RURAIS	
		4.3	SERVIDORES PÚBLICOS	
		4.9	OUTRO. Qual?	

Endereço

Logradouro:			
Bairro:	Município	UF	
Fone:	Fax:		
Site: www.			
E. Mail:		Celular:	

Área de atuação da Instituição / Entidade / Empresa

- Municipal: Município de Barra
 Municipal: Município de Casa Nova
 Municipal: Município de Itaguaçu da Bahia
 Municipal: Município de Pilão Arcado
 Municipal: Município de Remanso
 Municipal: Município de Sento Sé
 Municipal: Município de Sobradinho
 Municipal: Município de Xique-Xique

- Na região como um todo Estadual Nacional

ATENÇÃO: DEIXAR EM BRANCO AS QUESTÕES PARA AS QUE NÃO SE DISPONHA DE INFORMAÇÃO OU NÃO TENHA COMO AVALIAR.

As Informações disponibilizadas se referem

- Ao Município de Barra
 Ao Município de Casa Nova
 Ao Município de Itaguaçu da Bahia
 Ao Município de Pilão Arcado
 Ao Município de Remanso
 Ao Município de Sento Sé
 Ao Município de Sobradinho
 Ao Município de Xique-Xique
 À região como um todo

OBSERVAÇÕES INICIAIS

1. Organização Social

1.1. Nos Municípios e Comunidades onde moram os reassentados da UHE Sobradinho existem:

() Grupos informais de Moradores.
Onde e Quantos?

() Associações de Moradores
Onde e Quantas?

() Outras formas de organização social:

1.2. Há Centros Comunitários nas Comunidades?

Onde e Quantos?

1.3. Há participação majoritária dos moradores das Comunidades nessas organizações?

() Não () Sim

1.4. Quais as maiores necessidades dos Municípios e Comunidades onde moram os reassentados da UHE Sobradinho? (*Até três*)

1.
2.
3.

1.5. A organização social e a participação é melhor ou pior do que antes do remanejamento?

a) MELHOR, por quê?

--

b) PIOR, por quê?

--

2. Questão Fundiária e Propriedades agropecuárias

2.1. Quais são as relações de produção praticadas?

--

2.2. Quais são as relações de trabalho praticadas?

2.3. Há assentamentos rurais nos Municípios e Comunidades no entorno do Reservatório de Sobradinho?

() Não () Sim

2.4. Se sim, onde e quantos Assentamentos?:

2.5. Se sim, quantas Famílias moram no(s) Assentamento(s)?

2.6. Há conflitos por terra no entorno do Reservatório de Sobradinho?

() Não () Sim

2.7. Se sim, quais os motivos?

2.8. Se sim, quais “grupos” entram em conflito pela posse da terra?

2.9. As Propriedades são melhores ou piores do que as antigas (antes do remanejamento)?

MELHORES, por quê?

PIORES, por quê?

3. Vias de acesso

3.1. Tipo das vias:

3.2. Situação predominante das vias de acesso:

Péssima

Ruim

Regular

Boa

Excelente

4. Saneamento básico

4.1. Quais as fontes predominantes de água potável? (*Até duas*)

() Encanada

() Chuva

() Curso Fluvial

() Corpo Lagunar

() Outra:

4.2. Situação predominante dos serviços de fornecimento de água:

<input type="checkbox"/>				
Péssima	Ruim	Regular	Boa	Excelente

4.3. Que tipos de destino das águas servidas são mais comuns? (Até dois)

- () Esgoto encanado
() Fossa séptica
() Esgoto a céu aberto
() Poço
() Outro:

4.4. Situação predominante do destino das águas servidas:

<input type="checkbox"/>				
Péssima	Ruim	Regular	Boa	Excelente

4.5. Qual o destino final do lixo?

5. Energia

5.1. Acesso a Energia Elétrica

- () Não () Sim

5.2. Se sim, situação predominante dos serviços de energia elétrica:

<input type="checkbox"/>				
Péssima	Ruim	Regular	Boa	Excelente

6. Comunicação

6.1. Acesso a Comunicação. Opções existentes nas Comunidades:

- () Rádio
- () TV aberta
- () TV paga
- () Internet
- () Outra:

6.2. Situação predominante dos serviços de fornecimento de comunicação:

Péssima

Ruim

Regular

Boa

Excelente

7. Transporte Público

7.1. Acesso a Transporte Público. Opções existentes nas Comunidades:

- () Ônibus
- () Alternativo (kombi, van, rural, jeep)
- () Taxi
- () Moto Taxi
- () Barco
- () Outra:

7.2. Situação predominante dos serviços de transporte público:

Péssima

Ruim

Regular

Boa

Excelente

8. Comparativo de Condições de Serviços Públicos

8.1. Levando em consideração as respostas anteriores, os Serviços Públicos são melhores (*marcar M*) ou piores (*marcar P*) do que antes do remanejamento (1971)?

SERVIÇOS PÚBLICOS	ATUALMENTE	ANTES DO REMANEJAMENTO
Vias de acesso		
Saneamento básico		
Energia		
Comunicação		
Transporte Público		
BALANÇO GERAL		

Comentários explicativos (se houver)

8.2. Levando em consideração as respostas anteriores, os Serviços Públicos são melhores (*marcar M*) ou piores (*marcar P*) do que na implantação da UHE (1982)?

SERVIÇOS PÚBLICOS	ATUALMENTE	NA IMPLANTAÇÃO DA UHE
Vias de acesso		
Saneamento básico		
Energia		
Comunicação		
Transporte Público		
BALANÇO GERAL		

Comentários explicativos (se houver)

9. Educação

9.1. Número de Escolas:

9.2. Até que ano/série é ofertada aos alunos na(s) Escola(s)?

9.3. Quais os principais problemas na(s) escola(s)? (Até três)

1.
2.
3.

9.4. Qual a qualidade do ensino na(s) escola(s)?

<input type="checkbox"/>				
Péssima	Ruim	Regular	Boa	Excelente

10. Saúde

10.1. Número de Postos de Saúde:

10.2. Qual a periodicidade mais freqüente do atendimento aos pacientes?

() Diária () Semanal () Quinzenal () Mensal.

10.3. Quais os principais casos de enfermidades na área?

10.4. Quais os principais problemas no(s) Posto(s) de Saúde? (Até três)

1.
2.
3.

10.5. Qual a qualidade do atendimento às necessidades de saúde das comunidades?

<input type="checkbox"/>				
Péssima	Ruim	Regular	Boa	Excelente

11. Lazer

11.1. Número de Áreas de Lazer:

11.2. Quais as formas de lazer disponibilizadas para a população?

11.3. Qual a qualidade do atendimento às necessidades de lazer das Comunidades?

<input type="checkbox"/>				
Péssima	Ruim	Regular	Boa	Excelente

12. Segurança Pública

12.1. Número de Postos de Segurança Pública:

12.2. Quais são os principais delitos cometidos?

12.3. Qual a qualidade do atendimento às necessidades de segurança das Comunidades?

Péssima

Ruim

Regular

Boa

Excelente

13. Comparativo de Serviços Sociais

13.1. Levando em consideração as respostas anteriores, os Serviços Sociais são melhores (*marcar M*) ou piores (*marcar P*) do que antes do remanejamento (1971)?

SERVIÇOS	ATUALMENTE	ANTES DO REMANEJAMENTO
Educação		
Saúde		
Lazer		
Segurança Pública		
BALANÇO GERAL		

Comentários explicativos (se houver)

13.2. Levando em consideração as respostas anteriores, os Serviços Sociais são melhores (*marcar M*) ou piores (*marcar P*) do que na implantação da UHE (1982)?

CONDIÇÕES	ATUALMENTE	NA IMPLANTAÇÃO DA UHE
Educação		
Saúde		
Lazer		
Segurança Pública		
BALANÇO GERAL		

Comentários explicativos (se houver)

14. Atividades Econômicas

14.1. Tipologias de principais atividades econômicas:

CÓD	SETOR	CÓD	ATIVIDADES	MARCAR COM X
01	AGRICULTURA	1.1	CULTURAS ANUAIS DE SEQUEIRO	
		1.2	OLERICULTURA	
		1.3	FRUTICULTURA	
		1.4	FLORICULTURA	
		1.5	SILVICULTURA	
		1.9	OUTRO	
02	PECUÁRIA	2.1	BOVINOCULTURA	
		2.2	CAPRINO-OVINOCULTURA	
		2.3	AVES CAPIRAS	
		2.4	SUINOCULTURA	
		2.5	PISCICULTURA	
		2.6	APICULTURA	
03	AGROINDÚSTRIA	3.1	LATICÍNIOS	
		3.2	DÓCES E SUCOS	
		3.3	CARNES E EMBUTIDOS	
		3.9	OUTRO	
04	INDÚSTRIA	4.1	PRODUTOS QUÍMICOS	
		4.2	PRODUTOS DE MINERAIS NÃO MET	
		4.3	ARTEFATOS DE BORRACHA	
		4.4	ARTEFATOS DE PLÁSTICO	
		4.5	ARTEFATOS DE VIDRO	
		4.6	ARTEFATOS DE METAL	

		4.9	OUTRO	
05	ARTESANATO	5.1	FIBRA VEGETAL	
		5.2	CERÂMICA	
		5.3	COURO	
		5.4	MADEIRA	
		5.9	OUTRO	
06	EXTRATIVISMO	6.1	MINERAL	
		6.2	VEGETAL	
07	COMÉRCIO E SERVIÇOS	7.1	FEIRA	
		7.2	LOJA/BODEGA	
		7.3	BAR/RESTAURANTE/LANCHONETE	
		7.4	HOTEL/POUSADA	
		7.5	BORRACHARIA	
		7.6	REPARO DE ELETRODOMÉSTICOS	
		7.9	OUTRO	
11	OUTROS	11.1		
		11.2		
		11.3		

14.2. Citar os Estabelecimentos Industriais de médio e grande porte existentes:

Estabelecimentos	Nº de Empregados

14.3. Citar os Estabelecimentos Comerciais de médio e grande porte existentes:

Estabelecimentos	Nº de Empregados

15. Atividades Turísticas

15.1. Quais são as atrações turísticas?

15.2. Aparecem turistas visitando o município / a região?

() Não () Sim

15.3. Aproximadamente, quantos por ano?

15.4. Onde esses turistas se hospedam preferencialmente?

() Em casas dos moradores

() Em pousada / hotel

() Em acampamento

() Outro:

16. Comparativo de Atividades Econômicas

16.1. Levando em consideração as respostas anteriores, as Atividades Econômicas são melhores (*marcar M*) ou piores (*marcar P*) do que antes do remanejamento (1971)?

ATIVIDADES	ATUALMENTE	ANTES DO REMANEJAMENTO
Agropecuária		
Indústria		
Comércio		
Serviços		
Turismo		
BALANÇO GERAL		

Comentários explicativos (se houver)

16.2. Levando em consideração as respostas anteriores, as Atividades Econômicas são melhores (*marcar M*) ou piores (*marcar P*) do que na implantação da UHE (1982)?

ATIVIDADES	ATUALMENTE	NA IMPLANTAÇÃO DA UHE
Agropecuária		
Indústria		
Comércio		
Serviços		
Turismo		
BALANÇO GERAL		

Comentários explicativos (se houver)

17. Impacto da UHE Sobradinho

17.1. A instalação da UHE Sobradinho trouxe algumas mudanças nas atividades praticadas no Município / na Região?

() Não () Sim

17.2. Se sim, quais foram as mudanças?

CÓD	ÁREA	CÓD	ATIVIDADES
01	PRODUTIVA	1.1	AUMENTOU A PRODUÇÃO
		1.2	DIMINUIU A PRODUÇÃO
		1.3	AUMENTOU A PRODUTIVIDADE
		1.4	DIMINUIU A PRODUTIVIDADE
		1.5	DIVERSIFICOU AS ATIVIDADES
		1.6	VERTICALIZOU A PRODUÇÃO
		1.7	ABRIRAM-SE NOVOS NEGÓCIOS
		1.8	HOVE MUDANÇAS NOS RAMOS DE NEGÓCIOS
		1.9	GEROU MAIS TRABALHO E OCUPAÇÃO NA COMUNIDADE
		1.10	DIMINUIU O TRABALHO E OCUPAÇÃO NA COMUNIDADE
		1.99	OUTRA
02	SOCIAL / ORGANIZACIONAL	2.1	MELHOROU A PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
		2.2	PIOROU A PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
		2.3	AUMENTO DE ASSOCIADOS A ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
		2.4	EXPANSÃO DE MOVIMENTOS EM PROL DO MEIO AMBIENTE
		2.5	EXPANSÃO DE TRABALHOS VOLUNTÁRIOS
		2.99	OUTRA
03	POLÍTICA	3.1.	MELHOROU A PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS
		3.2	PIOROU A PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS
		3.3	AUMENTO DE FILIADOS A ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS
		3.99	OUTRA
09	OUTRAS	9.1	
		9.2	
		9.3	

17.3. Há diálogo entre as Comunidades e a Administração da UHE Sobradinho? Exemplifique.

17.4. Como avalia as relações de convivência das Comunidades com a natureza e os recursos ambientais?

18. Indique os Planos, Programas e / ou Projetos em elaboração e / ou implantação na

Área.

19. Outras Informações e Comentários

ATENÇÃO: COMPLETE AQUI AS INFORMAÇÕES E COMENTÁRIOS QUE POSSAM SER ÚTEIS A RESPEITO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO / ENTIDADE / EMPRESA.

Anexo III: Questionário de Famílias

**MODO DE VIDA ATUAL DAS COMUNIDADES REMANEJADAS DO ENTORNO DO
RESERVATÓRIO DE SOBRADINHO**

QUESTIONÁRIO DE FAMÍLIAS

Data:

Entrevistador:

Município:

Comunidade:

Endereço:

A Comunidade é:

Rural Rurbana Urbana

Coordenadas GPS:

IDENTIFICAÇÃO:

Nome do Chefe da Família:

Nome do Entrevistado:

Parentesco do Entrevistado com o Chefe da Família:

Observações:

1. Histórico

1.1. Município e Comunidade de Origem da Família, onde morava antes da transferência decorrente da construção da UHE Sobradinho

Município:

Comunidade:

A Comunidade de Origem era:

Rural

Rurbana

Urbana

1.2. Ano do Remanejamento da Família:

1.3. Mora aqui há quanto tempo?

Anos

1.4. Comentários explicativos (se houver)

1.5. Pensa em sair desta área?

a) Se NÃO, porque não?

b) Se SIM, por quê?

2. Família

2.1. Composição da família (pessoas residentes na mesma casa) na atualidade:

Obs. Destacar com X o Entrevistado

CÓD	GRAU DE PARENTESCO	SEXO		IDADE			
		MASC	FEM	0 a 14 ANOS	15 a 19 ANOS	20 a 60 ANOS	MAIS DE 60 ANOS
01	PAI						
02	MÃE						
03	AVÔ						
04	AVÓ						
05	FILHO(A)						
06	FILHO(A)						
07	FILHO(A)						
08	FILHO(A)						
09	FILHO(A)						
10	OUTRO						
11	OUTRO						
12	OUTRO						
TOTAL N° _____							

2.2. Composição da família (pessoas residentes na mesma casa) no ano 1982:

Obs. Destacar com X o Entrevistado

CÓD	GRAU DE PARENTESCO	SEXO	
		MASC	FEM
01	PAI		
02	MÃE		
03	AVÔ		
04	AVÓ		
05	FILHO(A)		
06	FILHO(A)		
07	FILHO(A)		
08	FILHO(A)		
09	FILHO(A)		
10	OUTRO		
11	OUTRO		
12	OUTRO		
TOTAL N° _____			

2.3. Composição da família (pessoas residentes *na casa antiga*) no ano 1971 (antes do remanejamento):

Obs. Destacar com X o Entrevistado

CÓD	GRAU DE PARENTESCO	SEXO	
		MASC	FEM
01	PAI		
02	MÃE		
03	AVÔ		
04	AVÓ		
05	FILHO(A)		
06	FILHO(A)		
07	FILHO(A)		
08	FILHO(A)		
09	FILHO(A)		
10	OUTRO		
11	OUTRO		
12	OUTRO		
TOTAL N° _____			

2.4. Algum membro da família mudou-se da região desde 1982 até agora?

() Não () Sim Quem: (código)
 (código)
 (código)

2.5. Comentários explicativos (se houver)

3. Informações da Residência / Propriedade

3.1. Uso

- a) É só Residência ()
- b) É Residência e Propriedade agropecuária ()
- c) É Residência e Comércio / Serviços ()

3.2. Essa Residência / Propriedade é da Família?

() Sim

Que tipo de documento possui?

() Não

Qual é a relação com o Proprietário?

3.3. A Residência / Propriedade antes da construção da UHE Sobradinho era da Família?

() Sim

Que tipo de documento possuía?

() Não

Qual era a relação com o Proprietário?

3.4. A Residência atual tem quantos cômodos?

3.5. A residência antes da construção da UHE Sobradinho tinha quanto cômodos?

3.6. Se for o caso, qual a Área da Propriedade agropecuária?

Área Total:

Área Explorada:

3.7. Quais são as relações de produção praticadas na Propriedade?

3.8. Quais são as relações de trabalho praticadas na Propriedade?

3.9. Esta Residência / Propriedade é melhor ou pior do que a antiga (antes do remanejamento)?

c) MELHOR, por quê?

d) PIOR, por quê?

4. Atividade Econômica

4.1. Principal atividade produtiva / econômica atual da família e número de familiares envolvidos:

CÓD	SETOR	CÓD	ATIVIDADES	NÚMERO DE PESSOAS DA FAMÍLIA ENVOLVIDAS NA ATIVIDADE
01	AGRICULTURA	1.1	CULTURAS ANUAIS DE SEQUEIRO	
		1.2	OLERICULTURA	
		1.3	FRUTICULTURA	
		1.4	FLORICULTURA	
		1.5	SILVICULTURA	
		1.9	OUTRO	
02	PECUÁRIA	2.1	BOVINOCULTURA	
		2.2	CAPRINO-OVINOCULTURA	
		2.3	AVES CAPIRAS	
		2.4	SUINOCULTURA	
		2.5	PISCICULTURA	
		2.6	APICULTURA	
		2.9	OUTRO	
03	AGROINDÚSTRIA	3.1	LATICÍNIOS	
		3.2	DOCES E SUCOS	

		3.3	CARNES E EMBUTIDOS	
		3.9	OUTRO	
04	INDÚSTRIA	4.1	PRODUTOS QUÍMICOS	
		4.2	PRODUTOS DE MINERAIS NÃO MET	
		4.3	ARTEFATOS DE BORRACHA	
		4.4	ARTEFATOS DE PLÁSTICO	
		4.5	ARTEFATOS DE VIDRO	
		4.6	ARTEFATOS DE METAL	
		4.9	OUTRO	
05	ARTESANATO	5.1	FIBRA VEGETAL	
		5.2	CERÂMICA	
		5.3	COURO	
		5.4	MADEIRA	
		5.9	OUTRO	
06	EXTRATIVISMO	6.1	MINERAL	
		6.2	VEGETAL	
07	COMÉRCIO E SERVIÇOS	7.1	FEIRA	
		7.2	LOJA/BODEGA	
		7.3	BAR/RESTAURANTE/LANCHONETE	
		7.4	HOTEL/POUSADA	
		7.5	BORRACHARIA	
		7.6	REPARO DE ELETRODOMÉSTICOS	
		7.9	OUTRO	
08	FUNCIONÁRIO PÚBLICO			
09	EMPREGADO DE EMPRESA PRIVADA			
10	APOSENTADO			
11	OUTROS	11.1		
		11.2		
		11.3		

4.2. Quais as principais fontes de renda sazonais atuais do grupo familiar?

Período Chuvoso:

- 1.
- 2.
- 3.

Período Seco:

- 1.
- 2.
- 3.

4.3. Houve alteração da atividade econômica atual da Família (na maioria dos seus membros) em relação à que desempenhava antes da construção da UHE Sobradinho?

- () Não
() Sim

4.4. Se sim, qual era a atividade econômica anterior?

4.5. Se sim, a mudança de atividade foi determinada pela construção da UHE Sobradinho?

- () Não
() Sim

ATENÇÃO:

SE A PRINCIPAL ATIVIDADE PRODUTIVA / ECONÔMICA ATUAL DA FAMÍLIA FOR A PESCA, APLICAR O QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO DE PESCADORES ANTES DE PROSSEGUIR COM OS TÓPICOS SEGUINTEs.

5. Faturamento anual

5.1. Faturamento anual oriundo das atividades produtivas:

Base de Cálculo: Sub-total A

R\$

CÓD	SETOR	CÓD	PRINCIPAIS PRODUTOS	QTDE VENDIDA NO ANO (A)	PREÇO DE VENDA (R\$) (B)	TOTAL ANUAL (R\$) (Ax B)
01	AGRICULTURA	1,a				
		1,b				
		1,c				
02	PECUÁRIA	2,a				
		2,b				
		2,c				
03	AGROINDÚSTRIA	3,a				
		3,b				
		3,c				
04	INDÚSTRIA	4,a				
		4,b				
		4,c				
05	ARTESANATO	5,a				
		5,b				
		5,c				
06	EXTRATIVISMO	6,a				
		6,b				

		6.c				
07	COMÉRCIO E SERVIÇOS	7,a				
		7,b				
		7,c				
		SUB-TOTAL A				

5.2. Modo principal de comercialização:

- () Venda direta ao consumidor
 () Venda a revendedores / atacadistas
 () Venda a órgão governamental
 () Venda a cooperativa / associação

() Outro:

5.3. De que forma é feito o pagamento?

- () Em dinheiro, na entrega
 () Em mercadoria, na entrega
 () Em dinheiro, parcelado
 () Em mercadoria em várias vezes

() Outro:

5.4 - Rendimento médio mensal familiar oriundo de outras fontes:

Base de Cálculo: Sub-total B

R\$

CÓD.	ATIVIDADE	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL(R\$)
08	FUNCIÓNÁRIO PÚBLICO	
09	EMPREGADO DE EMPRESA PRIVADA	
10	APOSENTADO	
11	OUTROS	
SUB-TOTAL B		

5.5 - Renda familiar média mensal:

Base de Cálculo:

Sub-total A dividido por 12 + Sub-total B

R\$

- Menos de 1 SM 1 SM Mais de 1 até 2 SM Mais de 2 até 5 SM Acima de 5 SM

5.6. Renda familiar média mensal no ano 1982:

- Menos de 1 SM 1 SM Mais de 1 até 2 SM Mais de 2 até 5 SM Acima de 5 SM

5.7. Renda familiar média mensal no ano 1971 (antes do remanejamento):

- Menos de 1 SM 1 SM Mais de 1 até 2 SM Mais de 2 até 5 SM Acima de 5 SM

5.8. Comentários explicativos (se houver)

6. Benfeitorias (edificações/construções), Serviços Básicos e Bens de Consumo Durável existentes na Residência / Propriedade

6.1. Quais são as edificações / construções existentes na Residência / Propriedade?

Tipo de Edificação	Padrão construtivo	Tamanho (m²)	Ano
Casa residencial			
Curral			
Barracão			
Armazém			
Casa de farinha			
Chiqueiro			
Unidade de beneficiamento			
Poço artesiano			
Outra			

6.2. A Residência / Propriedade tem acesso atualmente aos Serviços abaixo?

Água Encanada: Não () Sim ()
Energia Elétrica: Não () Sim ()

6.3. A Residência / Propriedade tinha acesso no ano 1982 aos Serviços abaixo?

Água Encanada: Não () Sim ()
Energia Elétrica: Não () Sim ()

6.4. A Residência / Propriedade antiga (antes do remanejamento) tinha acesso no ano 1971 aos Serviços abaixo?

Água Encanada: Não () Sim ()
Energia Elétrica: Não () Sim ()

6.5. Quais os bens materiais que o Sr(a) possui em sua Residência atualmente?

<input type="checkbox"/> Geladeira	<input type="checkbox"/> Gerador próprio	<input type="checkbox"/> Batedeira
<input type="checkbox"/> TV	<input type="checkbox"/> Rádio/aparelho de som	<input type="checkbox"/> Freezer
<input type="checkbox"/> Telefone	<input type="checkbox"/> Liquidificador	<input type="checkbox"/> Automóvel
<input type="checkbox"/> Computador	<input type="checkbox"/> Máquina de lavar	<input type="checkbox"/> Bicicleta
<input type="checkbox"/> Fogão a gás	<input type="checkbox"/> Motor de popa	<input type="checkbox"/> Canoa

() Outros:

6.6. No ano 1982 o Sr(a) possuía em sua Residência os bens abaixo?

- () Geladeira
() TV
() Telefone

6.7. No ano 1971 o Sr(a) possuía na Residência antiga (antes do remanejamento) os bens abaixo?

- () Geladeira
() TV
() Telefone

6.8. Possui atualmente outra Residência fora da Comunidade?

() Não () Sim Onde?

7. Balanço da Condição de Vida

7.1. Cite três vantagens (ganhos) e três desvantagens (perdas) da condição de vida sua e de sua família hoje, em comparação com a situação anterior (antes da construção da UHE Sobradinho).

Ganhos:

- 1.
- 2.
- 3.

Perdas:

- 1.
- 2.
- 3.

7.2. Comparando a sua condição de vida e da sua família, antes da construção da UHE Sobradinho e atualmente, qual é a melhor?

- () Antes da construção da UHE
() Atualmente

8. Impacto da UHE Sobradinho

8.1. A instalação da UHE Sobradinho trouxe algumas mudanças nas atividades praticadas pela família?

- () Não () Sim

8.2. Se sim, quais foram as mudanças?

CÓD	ÁREA	CÓD	ATIVIDADES
01	PRODUTIVA	1.1	AUMENTOU A PRODUÇÃO
		1.2	DIMINUIU A PRODUÇÃO
		1.3	AUMENTOU A PRODUTIVIDADE
		1.4	DIMINUIU A PRODUTIVIDADE
		1.5	DIVERSIFICOU AS ATIVIDADES
		1.6	VERTICALIZOU A PRODUÇÃO
		1.7	ABRIU UM NEGÓCIO
		1.8	MUDOU DE RAMO DE NEGÓCIOS
		1.9	GEROU MAIS TRABALHO E OCUPAÇÃO NA PROPRIEDADE
		1.10	DIMINUIU O TRABALHO E OCUPAÇÃO NA PROPRIEDADE
		1.99	OUTRA
02	SOCIAL / ORGANIZACIONAL	2.1	MELHOROU SUA PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO SOCIAL
		2.2	PIOROU SUA PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO SOCIAL
		2.3	ASSOCIOU-SE A ALGUMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL
		2.4	ENTROU PARA MOVIMENTO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
		2.5	ESTÁ FAZENDO TRABALHOS VOLUNTÁRIOS
		2.99	OUTRA
03	POLÍTICA	3.1.	MELHOROU A PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO POLÍTICA
		3.2	PIOROU A PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO POLÍTICA
		3.3	INGRESSOU EM ALGUMA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA
		3.99	OUTRA
09	OUTRAS	9.1	
		9.2	
		9.3	

9. Outras Informações e Comentários

--

Anexo IV: Questionário de Lideranças Comunitárias

**MODO DE VIDA ATUAL DAS COMUNIDADES REMANEJADAS DO ENTORNO DO
RESERVATÓRIO DE SOBRADINHO**

QUESTIONÁRIO DE LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS

Data:

Entrevistador:

Município:

Comunidade:

A Comunidade é:

Rural

Rurbana

Urbana

Coordenadas GPS:

Latitude:

Longitude:

Altitude:

IDENTIFICAÇÃO:

Nome do Entrevistado:

Função do Entrevistado na Comunidade:

Observações:

1. Histórico

1.6. Município e Comunidade de Origem da maioria das Famílias reassentadas, onde morava antes da transferência decorrente da construção da UHE Sobradinho

Município:

Comunidade:

A Comunidade de Origem era:

Rural Rurbana Urbana

1.7. Ano do Remanejamento da maioria das Famílias:

1.8. Comentários explicativos (se houver)

2. Organização Social

2.1. Na Comunidade existe:

- () Grupo informal de Moradores
- () Associação de Moradores
- () Outras formas de organização social:

2.2. Há Centro Comunitário na Comunidade?

() Sim () Não

2.3. Há participação majoritária dos moradores nessas organizações?

() Sim () Não

2.4. Quais as maiores necessidades da Comunidade? (Até três)

1.
2.
3.

2.5. A organização social e a participação é melhor ou pior do que antes do remanejamento?

e) MELHOR, por quê?

--

f) PIOR, por quê?

--

3. Edificações predominantes

- () Barro batido com palha
- () Madeira com palha
- () Alvenaria com palha
- () Alvenaria com telha
- () Madeira com brasilit
- () Alvenaria com madeira e brasilit

() Outro:

--

4. Vias de acesso

4.1. Tipo das vias:

--

4.2. Situação predominante das vias de acesso:

<input type="checkbox"/>				
Péssima	Ruim	Regular	Boa	Excelente

5. Saneamento básico

5.1. Quais as fontes predominantes de água potável? (*Até duas*)

- () Encanada
() Chuva
() Curso Fluvial
() Corpo Lagunar

() Outra:

5.2. Situação predominante dos serviços de fornecimento de água:

<input type="checkbox"/>				
Péssima	Ruim	Regular	Boa	Excelente

5.3. Que tipos de destino das águas servidas são mais comuns? (*Até dois*)

- () Esgoto encanado
() Fossa séptica
() Esgoto a céu aberto
() Poço
() Outro:

5.4. Situação predominante do destino das águas servidas:

<input type="checkbox"/>				
Péssima	Ruim	Regular	Boa	Excelente

5.5. Qual o destino final do lixo?

6. Energia

6.1. Acesso a Energia Elétrica

() Não () Sim

6.2. Se sim, situação predominante dos serviços de energia elétrica:

Péssima Ruim Regular Boa Excelente

7. Comunicação

7.1. Acesso a Comunicação. Opções existentes na Comunidade:

() Rádio
() TV aberta
() TV paga
() Internet
() Outra:

7.2. Situação predominante dos serviços de fornecimento de comunicação:

Péssima Ruim Regular Boa Excelente

8. Transporte Público

8.1. Acesso a Transporte Público. Opções existentes na Comunidade:

- () Ônibus
- () Alternativo (kombi, van, rural, jeep)
- () Taxi
- () Moto Taxi
- () Barco
- () Outra:

8.2. Situação predominante dos serviços de transporte público:

Péssima
 Ruim
 Regular
 Boa
 Excelente

9. Comparativo de Condições de Moradia

9.1. Levando em consideração as respostas anteriores, as Condições de Moradia são melhores (*marcar M*) ou piores (*marcar P*) do que antes do remanejamento (1971)?

CONDIÇÕES	ATUALMENTE	ANTES DO REMANEJAMENTO
Qualidade das Edificações		
Vias de acesso		
Saneamento básico		
Energia		
Comunicação		
Transporte Público		
BALANÇO GERAL		

Comentários explicativos (se houver)

9.2. Levando em consideração as respostas anteriores, as Condições de Moradia são melhores (*marcar M*) ou piores (*marcar P*) do que na implantação da UHE (1982)?

CONDIÇÕES	ATUALMENTE	NA IMPLANTAÇÃO DA UHE
Qualidade das Edificações		
Vias de acesso		
Saneamento básico		
Energia		
Comunicação		
Transporte Público		
BALANÇO GERAL		

Comentários explicativos (se houver)

10. Educação

10.1. Número de Escolas na Comunidade:

10.2. Até que ano/série é ofertada aos alunos na(s) Escola(s)?

10.3. Quais os principais problemas na(s) escola(s)? (*Até três*)

1.

2.

3.

10.4. Qual a qualidade do ensino na(s) escola(s)?

<input type="checkbox"/>				
Péssima	Ruim	Regular	Boa	Excelente

11. Saúde

11.1. Número de Postos de Saúde na Comunidade:

11.2. Qual a periodicidade do atendimento aos pacientes?
() Diária () Semanal () Quinzenal () Mensal.

11.3. Quais os principais casos de enfermidades na área?

11.4. Quais os principais problemas no(s) Posto(s) de Saúde? (*Até três*)

1.
2.
3.

11.5. Qual a qualidade do atendimento às necessidades de saúde da Comunidade?

<input type="checkbox"/>				
Péssima	Ruim	Regular	Boa	Excelente

12. Lazer

12.1. Número de Áreas de Lazer na Comunidade:

12.2. Quais as formas de lazer disponibilizadas para a população?

12.3. Qual a qualidade do atendimento às necessidades de lazer da Comunidade?

Péssima

Ruim

Regular

Boa

Excelente

13. Segurança Pública

13.1. Número de Postos de Segurança Pública na Comunidade:

13.2. Quais são os principais delitos cometidos na área?

13.3. Qual a qualidade do atendimento às necessidades de segurança da Comunidade?

Péssima

Ruim

Regular

Boa

Excelente

14. Comparativo de Serviços Sociais

14.1. Levando em consideração as respostas anteriores, os Serviços Sociais são melhores (*marcar M*) ou piores (*marcar P*) do que antes do remanejamento (1971)?

SERVIÇOS	ATUALMENTE	ANTES DO REMANEJAMENTO
Educação		
Saúde		
Lazer		
Segurança Pública		
BALANÇO GERAL		

Comentários explicativos (se houver)

14.2. Levando em consideração as respostas anteriores, os Serviços Sociais são melhores (*marcar M*) ou piores (*marcar P*) do que na implantação da UHE (1982)?

CONDIÇÕES	ATUALMENTE	NA IMPLANTAÇÃO DA UHE
Educação		
Saúde		
Lazer		
Segurança Pública		
BALANÇO GERAL		

Comentários explicativos (se houver)

15. Impacto da UHE Sobradinho

15.1. A instalação da UHE Sobradinho trouxe algumas mudanças nas atividades praticadas na Comunidade?

() Não () Sim

15.2. Se sim, quais foram as mudanças?

CÓD	ÁREA	CÓD	ATIVIDADES
01	PRODUTIVA	1.1	AUMENTOU A PRODUÇÃO
		1.2	DIMINUIU A PRODUÇÃO
		1.3	AUMENTOU A PRODUTIVIDADE
		1.4	DIMINUIU A PRODUTIVIDADE
		1.5	DIVERSIFICOU AS ATIVIDADES
		1.6	VERTICALIZOU A PRODUÇÃO
		1.7	ABRIRAM-SE NOVOS NEGÓCIOS
		1.8	HOVE MUDANÇAS NOS RAMOS DE NEGÓCIOS
		1.9	GEROU MAIS TRABALHO E OCUPAÇÃO NA COMUNIDADE
		1.10	DIMINUIU O TRABALHO E OCUPAÇÃO NA COMUNIDADE
		1.99	OUTRA
02	SOCIAL / ORGANIZACIONAL	2.1	MELHOROU A PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
		2.2	PIOROU A PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
		2.3	AUMENTO DE ASSOCIADOS A ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
		2.4	EXPANSÃO DE MOVIMENTOS EM PROL DO MEIO AMBIENTE
		2.5	EXPANSÃO DE TRABALHOS VOLUNTÁRIOS
		2.99	OUTRA
03	POLÍTICA	3.1.	MELHOROU A PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS
		3.2	PIOROU A PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS
		3.3	AUMENTO DE FILIADOS A ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS
		3.99	OUTRA
09	OUTRAS	9.1	
		9.2	
		9.3	

15.3. Há diálogo entre a Comunidade e a Administração da UHE Sobradinho? Exemplifique.

15.4. Como avalia as relações de convivência das Comunidades com a natureza e os recursos ambientais?

16. Outras Informações e Comentários

Anexo V: Listas de Presença